



PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA

Rio de Janeiro – RJ

Mantenedora
INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL - IBAM

Mantida
FACULDADE IBAM

Diretora Geral
Tereza Cristina BarwickBaratta

Diretor Acadêmico
Leonardo José Amaral de Mello

Secretário
Tito Ricardo de Almeida Tortori

Coordenadora do Curso
Márcia Costa Alves da Silva

Rio de Janeiro – RJ
Maio/2021

Sumário

1. PERFIL INSTITUCIONAL	6
2. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	9
2.1. Nome do Curso e Área de Conhecimento	9
2.2. Número de vagas pretendidas	9
2.3. Justificativa	9
2.4. Objetivos do Curso	12
2.4.1. Objetivo Geral	12
2.4.2. Objetivos Específicos	12
2.5. Público-Alvo	12
2.6. Coordenação do Curso	13
2.7. Carga Horária	13
2.8. Atividades Complementares	13
2.9. Formas de Acesso	14
3. PERFIL DO CURSO E DO EGRESSO	14
3.1. Perfil do Curso	14
3.2. Perfil do Egresso	15
4. ESTRUTURA DO CURSO	15
4.1. Organização Curricular	15
4.2. Regime de Execução e Prazo de Integralização Curricular	17
5. METODOLOGIA	17
6. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	19
7. SISTEMA DE AVALIAÇÃO	19
7.1. Avaliação da Aprendizagem	19
7.2. Sistema de Avaliação Institucional do Projeto de Curso	21
8. CERTIFICAÇÃO	22
9. PERFIL DO CORPO DOCENTE	23
10. INFRAESTRUTURA FÍSICA	33
D1. Estado, Governo e Administração Pública	35
Ementa	35
Bibliografia Básica	35
Bibliografia Complementar	35
D2. Fundamentos do Direito Administrativo	35
Ementa	35
Bibliografia Básica	36
Bibliografia Complementar	36
D3. Matemática e Estatística aplicadas à gestão pública	36
Ementa	36
Bibliografia Básica	36
Bibliografia Complementar	36
D4. Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável	37
Ementa	37

Bibliografia Básica	37
Bibliografia Complementar	37
D5. Sistemas de Informação na gestão pública.....	38
Ementa	38
Bibliografia Básica	38
D6. Gestão Estratégica na Administração Pública.....	38
Ementa	38
Bibliografia Básica	38
Bibliografia Complementar	38
D7. Gestão de Processos	39
Ementa	39
Bibliografia Básica	39
Bibliografia Complementar	39
D8. Gestão de Pessoas	39
Ementa	39
Bibliografia Básica	39
Bibliografia Complementar	40
D9. Redação Técnico-científica	40
Ementa	40
Bibliografia Básica	40
Bibliografia Complementar	40
D10. Licitações e Contratos Administrativos.....	40
Ementa	40
Bibliografia Básica	41
Bibliografia Complementar	41
D11. Logística e Patrimônio Público	41
Ementa	41
Bibliografia Básica	41
Bibliografia Complementar	41
D12. Comportamento organizacional	41
Ementa	41
Bibliografia Básica	41
Bibliografia Complementar	42
D13. Marketing aplicado ao setor público	42
Ementa	42
Bibliografia Básica	42
Bibliografia Complementar	42
D14. Contabilidade Pública	42
Ementa	42
Bibliografia Básica	43
Bibliografia Complementar	43
D15. Gestão e Política Ambiental-urbana	43
Ementa	43
Bibliografia Básica	44

Bibliografia Complementar	44
D16. Gestão e Política Social	44
Ementa	44
Bibliografia Básica	44
Bibliografia Complementar	44
D17. Gestão Tributária	45
Ementa	45
Bibliografia Básica	45
Bibliografia Complementar	45
D18. Planejamento e Gestão Orçamentária	45
Ementa	45
Bibliografia Básica	46
Bibliografia Complementar	46
D19. Gestão de Programas e Projetos.....	46
Ementa	46
Bibliografia Básica	46
Bibliografia Complementar	47
E1. Ética na Gestão Pública	47
Ementa	47
Bibliografia Básica	47
Bibliografia Complementar	48
E2. Cooperação Público-Privada.....	48
Ementa	48
Bibliografia Básica	48
Bibliografia complementar.....	48
E3. Inovação e empreendedorismo	48
Ementa	48
Bibliografia Básica	49
Bibliografia Complementar	49
E4. Governo eletrônico e transparência.....	49
Ementa	49
Bibliografia Básica	49
E5. Planejamento de carreiras	49
Ementa	49
Bibliografia Básica	49
E6. Tópicos Especiais em Gestão Pública: Cyber segurança na Gestão Pública.....	50
Ementa	50
Bibliografia Básica	50

1. PERFIL INSTITUCIONAL

Os primeiros tempos

O Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM, mantenedor da Faculdade IBAM, surgiu na década de 1950 a serviço de fortalecer o Município brasileiro e torná-lo viável como esfera de governo a partir do desenvolvimento de atividades voltadas para o aperfeiçoamento da ação governamental na instância municipal.

Foi nesse contexto que municipalistas de orientação eminentemente técnica se reuniram e lançaram manifesto de impacto nacional propondo a criação da entidade que receberia o nome até hoje mantido, de Instituto Brasileiro de Administração Municipal, com a sigla IBAM. Em outubro de 1952, realizou-se assembleia geral da Associação Brasileira de Municípios - ABM no auditório do então Ministério da Educação e Saúde para aprovar o estatuto e eleger os primeiros integrantes dos Conselhos de Administração e Fiscal do IBAM, recém criado.

Para iniciar o cumprimento de sua missão e demonstrar sua vocação para a difusão do conhecimento para a administração pública em nível municipal, o IBAM tomou à frente de várias iniciativas estruturantes da ação do Instituto que se consolidariam nas próximas décadas, tais como: uma área editorial, com publicações em temas de administração municipal e urbanismo; área de consultoria jurídica; oferta de cursos sobre organização dos serviços da Prefeitura e criação de laboratório de administração para atender a demanda por orientação técnica com manuais de serviços, modelos de códigos e leis em geral e outros instrumentos de uso corrente pela Prefeitura.

Fortalecendo o IBAM como escola de governo

O ano de 1965 se destaca pelo surgimento de oportunidades marcantes de atuação que caracterizaram momento de inflexão na história do Instituto. Trata-se do lançamento do primeiro Curso de Metodologia e Projetos de Desenvolvimento Municipal e Urbano – CEMUAM. Em nível de pós-graduação *lato sensu* (960 horas), o curso de conteúdo técnico-instrumental e robusta orientação prática, adotava metodologia inovadora mediante estágio de campo com duração de três meses, quando equipes de alunos eram alocadas em até cinco municípios de uma única região. Orientados pelos professores e coordenadores, e em parceria com as prefeituras locais, as equipes elaboravam projetos aplicáveis aos temas dos cursos e prioritários aos municípios.

O CEMUAM em conjunto com dois outros cursos, também em nível de pós-graduação, denominados Curso de Administração Municipal – CAM e Curso de Engenharia de Sistemas Urbanos – CESU constituíram ação precursora para surgimento de futuros cursos em nível de pós-graduação em diversas unidades da federação. Este programa pioneiro teve 23 anos de existência, tendo o Instituto executado 18 cursos na área de administração municipal, 17 em planejamento urbano e 12 em engenharia de serviços urbanos, formando cerca de 1.100 profissionais do setor público, sendo 950 brasileiros e os demais, vindos de governos latino-americanos.

A ampla aceitação dos cursos oferecidos pelo Instituto a Prefeituras, Câmaras Municipais e outros órgãos e instituições públicas fez com que a então denominada Assessoria de Cursos se transformasse em 1969 na Escola Nacional de Serviços Urbanos – ENSUR, com a missão de promover cursos de curta duração, seminários, cursos por correspondência e os três cursos de pós-graduação que vinham sendo oferecidos.

Ainda neste período, surgiu na estrutura do IBAM em 1968, o Centro de Estudos e Pesquisas Urbanas, com apoio da Fundação Ford, e que foi marcado por forte protagonismo no processo político e social e também da urbanização brasileira. Hoje já com o nome de Área de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, possui expressivo acervo de informações voltadas para a ação e a formulação de políticas desenvolvimento urbano e meio ambiente no contexto das relações intergovernamentais.

A inserção do IBAM em atividades junto a organismos internacionais e a governos de outros países fez com que surgissem oportunidades de ministrar cursos, realizar pesquisas, assessorar governos, organizar entidades de cooperação intergovernamental e, em resumo, sempre promover o crescimento institucional dos governos locais em praticamente todos os países da América Latina, e, depois, nos africanos de língua portuguesa.

Cenário pós - Constituição de 1988

Os anos 1980 foram marcos pela redemocratização e de mobilização de setores da sociedade civil e de movimentos sociais por maior participação na vida política do país. Nesse cenário intensificou-se o debate por mais autonomia dos municípios de forma a reunir condições para lidar com as desigualdades sociais e espaciais agravadas, sobretudo, nas décadas anteriores.

Os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte instalada em 1987 foram foco de atuação técnica do IBAM, em conjunto com as entidades nacionais para reforçar o papel do Município e garantir novas conquistas. As propostas integraram o documento *Em Defesa do Município & Município na Constituição*, sendo que das 18 recomendações, seis foram aceitas integralmente e nove de modo parcial. Pode-se afirmar que a inclusão dos municípios como entes da Federação, conforme consta do art. 1º da Carta de 1988, deve-se em parte à essa atuação em defesa ao fortalecimento das instituições municipais.

Em meados dos anos 1990 o Instituto se reestrutura para os novos desafios do movimento de municipalização que seguiu à promulgação da Constituição de 1988, com a inclusão de linhas novas de trabalho, como de desenvolvimento urbano e meio ambiente, já mencionada, de desenvolvimento econômico e social e de organização e gestão, abrangendo a ampla gama de atribuições que os municípios passam a receber. O Instituto se prepara para apoiar os quadros governamentais, sendo que a partir da redemocratização do país e das mudanças legislativas de incentivo à participação popular, representantes diversos da sociedade civil também ingressam nos seus programas de qualificação.

Particularmente a ENSUR ampliou sua capacidade de atendimento, incorporando também a oferta de educação a distância a partir do desenvolvimento das novas tecnologias de informação e comunicação (TICs). A partir dos anos 2000 algumas políticas mereceram destaque com o uso da educação a distância:

- Saúde - a capacitação em Gestão Hospitalar de Pequenos e Médios Estabelecimentos de Saúde (Gesthos) realizado de 2002 a 2004, com apoio Ministério da Saúde/UNESCO para 500 municípios.
- Assistência Social - a realização de 2006 a 2009 da capacitação com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome para implementação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e do Programa Bolsa Família – PBF. O total de participantes atingiu a mais de 18.000, representando 3.174 Municípios e 26 Estados.

- Gestão de Convênios – a criação de rede de multiplicadores sobre o novo Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal – SICONV, nos anos de 2008 e 2009, com apoio do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de sete eventos regionais de capacitação, somada à prestação de atendimento que recebeu e respondeu a mais de 23.000 consultas sobre questões relacionadas com o SICONV.

A demanda por capacitação de quadros técnicos públicos e privados no campo das políticas urbanas (moradia, saneamento, mobilidade, infraestrutura) ganhou corpo com a aprovação em 2001 do Estatuto da Cidade estabelecendo, pela primeira vez no Brasil, conjunto amplo e articulado de diretrizes e instrumentos aplicáveis à profunda reestruturação das cidades brasileiras. Nessa mesma direção, com a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Rio 92, a gestão e governança socioambientais passaram a ser objeto da atenção do IBAM quando da qualificação de gestores locais e regionais. Dessa forma, a integração dos temas ambiental e urbano consolidou-se cada vez mais como pauta da Instituição na defesa do conceito da sustentabilidade nas práticas de gestão.

Com isso, nos últimos anos, em suas diversas atividades junto aos municípios brasileiros e outros entes federativos, o IBAM pode contemplar de forma articulada às demais agendas municipais abordagens orientadas à eficiência energética; incremento da resiliência às mudanças climáticas; promoção da regularização ambiental; ações de conservação e recuperação ambientais; fontes de financiamento, estruturação de conselhos e outros instrumentos de participação social. São ações que têm por intuito fortalecer a capacidade do município de gerir o território e ampliar seu compromisso com o desenvolvimento local sob a égide da sustentabilidade, da justiça social e do respeito e proteção à biodiversidade, à exemplo do Programa de Qualificação da Gestão Ambiental (PQGA), iniciativa em escala regional, que contou com apoio do Fundo Amazônia/BNDES no período de 2013 a 2018 e do qual participaram 530 municípios, de nove estados que integram o Bioma Amazônia.

Credenciamento institucional da Faculdade IBAM e o olhar de futuro

A trajetória do IBAM na capacitação de lideranças acumula décadas de experiências bem sucedidas para gestores municipais, estaduais e federais. Desde a sua criação, o IBAM se dedica a estudar o perfil da agenda do governo municipal e das relações intergovernamentais como insumos importantes para pensar estratégias e condução de das políticas públicas e o desenvolvimento institucional da Administração Municipal.

O IBAM foi reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC) no final de 2019 como Instituição de Ensino Superior (IES), finalizando o processo de credenciamento iniciado no ano de 2016. O MEC/INEP aprovou a Faculdade IBAM-ENSUR por meio da Portaria nº1.543 de 06 de setembro de 2019. Em ato concomitante, a Portaria nº437, de 19 de setembro de 2019, autorizou a nova Faculdade a ofertar 75 vagas para o Curso de Graduação Tecnológica em Gestão Pública.

Na sequência, o IBAM obteve por meio da Portaria nº 650 de 12 de agosto de 2020 o credenciamento institucional para oferta de Cursos Superiores na modalidade a distância (Graduação e Pós), após a publicação do Parecer favorável nº 9 de 29 de janeiro de 2020 exarado pela Câmara Superior do Conselho Nacional de Educação e favorável à criação da nova IES.

A Faculdade IBAM considera o credenciamento do MEC o reconhecimento de seu potencial de continuar a produzir transformações e impactar de maneira positiva a nossa realidade social, mediante ações voltadas para aqueles que desejam se profissionalizar e vir a ocupar papel de liderança no âmbito do setor público e demais setores que com este se relacionam.

2. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

2.1. Nome do Curso e Área de Conhecimento

Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, área de conhecimento: Administração Pública.

2.2. Número de vagas pretendidas

75 (setenta e cinco)

2.3. Justificativa

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública se inscreve na missão da Faculdade IBAM por se tratar de iniciativa voltada à formação de pessoas para atuação em governos, entidades do terceiro setor ou, ainda, no setor privado alinhado com responsabilidade socioambiental. Ao proporcionar referenciais conceituais, analíticos e práticos, seus egressos terão condições de propor e gerir mudanças e inovações para a área pública em um novo ciclo de políticas que se espera abrir, em particular nos municípios brasileiros.

Serão inúmeros os desafios que se apresentarão aos profissionais do Curso no novo contexto dos órgãos e entidades da administração pública quando superada a emergência na saúde pública decorrente da pandemia da Covid-19. Pelo alcance da atual crise, de horizonte de desfecho ainda incerto, os custos de retorno da sociedade à normalidade não comportarão soluções fáceis ou de curto prazo. Por outro lado, esse período crítico poderá se apresentar também como momento de oportunidade.

Compreender esse cenário é importante para se bem planejar caminhos de renovação de currículos e de práticas educacionais que consagrem as marcas formativas da Faculdade IBAM que se propõe não só oferecer as competências básicas, mas valores para inserção no mundo do trabalho e prover contribuições a novas perspectivas de futuro à sociedade.

Desde as duas últimas décadas do século XX, o mundo viveu processo de sucessivas transformações, sendo difícil hoje poder afirmar ou mesmo visualizar as fronteiras dessa evolução, bem como todas repercussões. As mudanças ocorreram em vários campos – no mundo da produção, no campo social, político e cultural, assim como da ciência e tecnologia. Na tecnologia foram inúmeros os avanços que tornaram possível o que ficou conhecido como a era da informação e cada vez mais da conectividade. Esse progresso das TICs afetou e redesenhou a vida de indivíduos, famílias e das organizações tanto as privadas, como públicas e a forma como se relacionam. A tecnologia se tornou um dos elementos mais importantes das organizações para se estabelecer e entregar o que delas a sociedade espera.

Em particular, há que se considerar aqui os impactos que essas transformações provocaram no papel do Estado e, conseqüentemente, na formulação de novos modelos e práticas de gestão pública, passando a exigir profissionais com perfis diferenciados de conhecimentos, habilidades e atitudes em alinhamento com as mudanças em curso no Estado e na sociedade.

Cabe registrar que a Constituição de 1988, marco da redemocratização do país, incorporou os enunciados da participação e da descentralização. Porém, ao lado dessa dimensão constitucional-legal do Estado, ocorre também o aspecto organizacional - gerencial que precisa ser capaz de tirar do papel e colocar em prática planos e políticas governamentais em momento de notável transformação digital. No caso brasileiro por ser uma Federação, este propósito ganha complexidade ao envolver três esferas de poder - União, Estado e Municípios.

A despeito das iniciativas reformistas da administração pública brasileira nas últimas décadas em prol de melhores práticas de governança, não se pode considerar suficiente ou completo o ciclo de mudanças que se faz necessário no Estado brasileiro para erradicar a pobreza, reduzir desigualdades estruturais e resgatar os setores mais desprotegidos da nossa estrutura social do abandono em que vivem. No entanto, ainda que com dificuldades na trajetória de tornar o Estado mais eficiente e equânime, foi também possível observar ganhos em campos como controle social, transparência e prestação de contas, aspectos cruciais para se efetivar as políticas de garantia dos direitos constitucionais aprovados.

Dentre as principais conquistas no período seguramente se destaca a centralidade que os municípios brasileiros assumiram na oferta de serviços públicos amplos e universais como resultado do processo de descentralização do país. Se considerarmos somente as políticas de saúde, educação e assistência social, hoje o município é importante garantidor de mínimos sociais no esforço significativo de se implementar em ampla escala políticas de cuidados básicos nas 5.570 municipalidades brasileiras.

Sabe-se também, porém, que a autonomia municipal se concretiza de forma muito distinta no nosso amplo território em razão de assimetrias regionais dos municípios e que envolvem suas particularidades históricas, econômicas e sociais, dentre outros aspectos. Deste modo, realizar investimentos de forma continuada na formação de recursos humanos de excelência com foco no município é pilar de sustentação para se produzir aprimoramento institucional e melhoria da gestão visando transformações na realidade social nas áreas urbana e rural do país, favorecendo a resiliência de estruturas, planos e ações governamentais.

O curso superior de Tecnologia em Gestão Pública tem o objetivo de formar profissionais com esta agenda de compromissos. Sua implantação atende aos princípios da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, ao Plano de Desenvolvimento da Educação, à função social e às finalidades da Faculdade IBAM, assim como às diretrizes curriculares nacionais e às orientações do Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia.

No âmbito da oferta de cursos para formação de Tecnólogo em Gestão Pública, foi realizado estudo ainda no final de 2018 com nove Instituições de Ensino Superior ofertantes de curso de graduação em gestão pública tanto na modalidade a distância (sendo a maioria) quanto presencial.

Foram avaliadas IES cujas sedes estavam localizadas na Região Sudeste, na qual a Faculdade IBAM e seu Mantenedor, o Instituto Brasileiro de Administração Municipal atuam, assim como este Curso ora proposto terá seu público-alvo ou base de alunos. A título de evidenciar a relevância da iniciativa, segundo dados do IBGE de 2020, a região possui 1.688 municípios, com uma estimativa de mais de 2,2 milhões de servidores, seja na administração direta ou indireta. A partir destes dados, foi possível também apurar um montante na ordem de menos de 800.000 pessoas com graduação, segundo a Pesquisa de Informações Básicas Municipais de 2018.

Posto isso, nas nove IES estudadas, foram considerados vários parâmetros para o levantamento, como a nota de avaliação atribuída pelo MEC (institucional e para o curso); meses para integralização do curso; matriz curricular; formas de ingresso; valor médio de mensalidades, dentre outros. Independente do porte ou do tipo de Instituição (Faculdade, Centro Universitário ou Universidade), as IES mapeadas não apresentavam em seus portfólios o curso Tecnólogo em Gestão Pública tendo o ente municipal como objeto de seu interesse, associando temas como território, estrutura de governo, competências, formas de gestão, políticas locais, sustentabilidade, dentre outros. Tais aspectos constituem o diferencial da proposta da Faculdade IBAM uma vez que seu Mantenedor possui expertise com gestores público das três esferas e experiência no desenvolvimento de projetos locais e regionais sem paralelo, reunindo mais de 60 anos de trabalho em desenvolvimento institucional municipal.

A contribuição esperada da Faculdade IBAM na formação de profissionais para as cidades brasileiras torna-se mais relevante pela vulnerabilidade social e econômica em que atualmente se encontram decorrente da pandemia Covid-19. Segundo prevê-se, a pandemia continuará a produzir efeitos, demandando cuidados mínimos e básicos da população em várias áreas sob a responsabilidade direta dos municípios.

Uma dessas áreas é a política de saúde e a necessidade de reforçar nos próximos anos o desenho do SUS na sua base municipal. Ainda que reconhecidamente subfinanciado, o Sistema tem se mostrado decisivo no enfrentamento da crise inédita e deverá cumprir papel de monitorar os cuidados nas populações de maior risco nos estágios pós-Covid. Igualmente prioritário será cuidar dos efeitos da pandemia no desenvolvimento infantil, hoje sem o apoio do ambiente escolar. Crescem os problemas na educação pela dificuldade da retomada das atividades e implicações do ponto de vista pedagógico, além da pauta até hoje não cumprida de investimentos em mudanças nas escolas com base em mais qualidade, equidade e acesso às novas tecnologias.

Outra área que merecerá passar por revisão profunda é a forma como os governos municipais vão lidar com as políticas urbanas e a nova agenda climático-ambiental. Esses aspectos serão importantes não só para a melhoria das condições de vida das populações, como produzir efeitos sobre abertura de novas oportunidades econômicas no município, uma vez que as cidades continuarão a ser suporte na potencialização das atividades produtivas e de serviços, bem como apoio à produção agrícola, com reflexos positivos na ocupação e geração de renda das famílias.

Assim, além de compreender a agenda municipal, a formação do Tecnólogo em Gestão Pública deverá dar especial atenção ao quadro legal que orienta as políticas e os atos praticados na administração pública ou por quem a represente pela intensa renovação na legislação nos últimos anos. Da mesma forma áreas críticas para o desempenho do governo como planejamento estratégico e melhoria na governança interna, adequando as condições de eficiência e desempenho de setores-chave como gestão de pessoas, licitações e finanças públicas.

Finalmente a tecnologia como aliada e suporte de um novo modelo de gestão é componente transversal e integrador na proposta de formação do Tecnólogo em Gestão Pública da Faculdade IBAM por ser imprescindível na modernização no setor público em várias áreas. Cada vez mais os órgãos públicos reconhecerão o potencial da tecnologia para se tornarem eficientes e eficazes, diminuir a burocracia nas relações com o contribuinte e usuários dos serviços e reverter melhores benefícios para os cidadãos. Na última década inclusive se observa tendência de crescimento do

número de *startups* dedicadas ao desenvolvimento de *softwares* e soluções para cidades inteligentes o que contribui para novas oportunidades de trabalho para os futuros egressos do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública nos próximos anos

Em outra perspectiva, as administrações precisam se comportar de forma mais aberta, ter disposição para o diálogo, estar atentas às necessidades dos cidadãos. Aqui os municípios poderão utilizar a tecnologia para melhorar a governança implementando a chamada cidadania digital, para mobilizar com campanhas, divulgar iniciativas e convocar para debater projetos e investimentos importantes de governo, assim como ter ampla plataforma de serviços online postos à disposição.

Além de mudar as relações entre o governo e o cidadão, a tecnologia será responsável por impulsionar os mecanismos de transparência, de responsabilização dos gestores e prestação de contas pelos governantes. O Poder Legislativo também deverá ser inserido nessa transformação digital vide iniciativas sobre representação política e novas práticas democráticas pelo uso de redes para promoção da imagem pública do parlamento via plataforma de contato e comunicação com o cidadão.

Nesse contexto amplo, é possível se observar que os temas que movem a agenda pública estarão em constante diversificação e atualização, sendo a presente proposta do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública marcada pela multidisciplinaridade e pela intersectorialidade, ambas as características imprescindíveis para permitir a seus egressos compreender e incidir de maneira abrangente e eficaz nos diversos aspectos que envolvem as administrações públicas.

2.4. Objetivos do Curso

2.4.1. Objetivo Geral

Formar profissionais com capacidade técnica para atuarem no planejamento, implementação, gerenciamento e avaliação de ações, projetos, programas e políticas contribuindo para melhoria da qualidade dos serviços e aprimoramento das Organizações Públicas.

2.4.2. Objetivos Específicos

- Compreender as relações entre Estado, Administração e Sociedade, bem como o papel das esferas do poder público no desenvolvimento do país na perspectiva da sustentabilidade.
- Desenvolver competências para atuação em setores diversos da administração pública, bem como em áreas do setor privado e do terceiro setor com interface com as políticas públicas de órgãos municipais, estaduais ou federais.
- Empregar métodos, técnicas e conceitos de gestão que integrem os aspectos econômico, social e ambiental e que sejam baseadas nos princípios da boa administração pública, da legislação vigente, da parceria e da ética profissional.
- Incentivar a capacidade de empreender e de inovar na gestão pública visando mais eficiência no uso do recurso público, equidade na entrega de bens e serviços e inclusão socioprodutiva da população.

2.5. Público-Alvo

Estudantes concluintes do ensino médio; graduados; pós-graduados e outros que tenham interesse em obter ou ampliar conhecimentos e atuar na Gestão Pública, tanto em organizações públicas, quanto privadas que tenham interface com setor público.

2.6. Coordenação do Curso

A coordenação do curso será de responsabilidade da professora Márcia Costa Alves da Silva, doutoranda em Ciência, Tecnologia e Inovação pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, mestre em administração pela Universidade Estácio de Sá - UNESA, especialista em Planejamento, implementação e gestão de EaD pela Universidade Federal Fluminense – UFF e em Recursos Humanos pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, psicóloga e bacharel em direito, com experiência acadêmica como docente em cursos técnicos, de graduação e de pós-graduação e na área de gestão organizacional e de recursos humanos. Atualmente é coordenadora de ensino da Escola Nacional de Serviços Urbanos – ENSUR e professora do SENAC Rio.

2.7. Carga Horária

A carga horária compreende componentes curriculares obrigatórios e complementares e Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). O curso terá 1.650 horas, distribuídas conforme quadro a seguir:

Quadro 1 – Distribuição da carga horária

Componentes Curriculares	Carga Horária
Disciplinas obrigatórias*	1.440 horas
Atividades complementares	90 horas
Prática Supervisionada / Estágio	120 horas
Disciplina optativa	30 horas

(*) inclui a disciplina Orientação para o TCC de caráter obrigatório com carga horária de 60h.

2.8. Atividades Complementares

As atividades complementares buscam aumentar as oportunidades de aprendizagem aos discentes, de maneira a complementar o currículo obrigatório da Faculdade IBAM para o atendimento às diretrizes curriculares e/ou à expectativa dos discentes.

São componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de conhecimentos e habilidades do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

O objetivo das atividades complementares é atender as demandas por conhecimento, oportunizar o contato com temas da atualidade, com as novas áreas de atuação do profissional e com o objeto de estudo, em várias situações particulares e distintas. Estas atividades são planejadas para enriquecer, atualizar e complementar os estudos pelos discentes nas suas áreas específicas.

São reconhecidas como atividades complementares: monitoria, estágios extracurriculares, grupos de estudo, projetos de pesquisa, iniciação científica, projetos e atividades de extensão, cursos ligados à temática ambiental e eventos científicos (palestras, semanas acadêmicas, seminários, congressos, conferências e similares), além de disciplinas cursadas em outra instituição de ensino e/ou disciplinas optativas.

Cabe a coordenação do curso a oferta, a regulamentação, a gestão, a operacionalização e o acompanhamento das atividades complementares; a produção de relatórios circunstanciados ao final de cada semestre com os documentos comprobatórios para acompanhamento e registro acadêmico e, assegurar que as mesmas sejam diversificadas entre atividades científicas, didáticas,

práticas e sociais entre outras, cujas cargas horárias mínimas estão previstas no Regulamento próprio destas atividades.

2.9. Formas de Acesso

O ingresso do candidato no Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública será por meio de processo seletivo, divulgado por meio de edital.

O candidato deverá escolher um dos cursos ofertados no *site* da Instituição, e se inscrever para o processo seletivo, denominado vestibular, que será realizado em dia e horário constantes no edital. Poderão se inscrever os candidatos que já tenham concluído ou que estejam em fase de conclusão do ensino médio ou equivalente, devendo apresentar no ato da matrícula o documento que comprove a conclusão do ensino médio.

O ingresso ao curso de graduação será feito mediante processo de seleção, composto por uma prova de redação. As normas do processo seletivo, bem como os critérios de avaliação são fixadas pela Comissão de Acesso (CA) em edital a ser publicado no *site* Faculdade IBAM.

A Faculdade poderá receber estudantes advindos de outras IES, desde que estas estejam regularizadas em consonância com a legislação brasileira. Há, na hipótese de vagas ociosas, possibilidade de aceitar candidatos que apresentam desempenho em processos seletivos realizados em outras IES, desde que apresentem declaração de desempenho com aproveitamento mínimo de 70%. Nesse caso, também é possível o ingresso de candidatos que tenham realizados avaliações oficiais, tais como o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM.

Nos casos em que o candidato já tiver formação superior, o mesmo fica isento de prestar o exame de vestibular, desde que apresente toda a documentação comprobatória solicitada pela Instituição em conformidade com a legislação vigente.

Informações detalhadas sobre as formas de acesso ao curso e etapas do processo seletivo estão disciplinadas no Regimento Interno da Faculdade IBAM, particularmente no Título V – DO REGIME ACADÊMICO, Capítulo II - Do Processo Seletivo, Capítulo III - Da Matrícula e Capítulo IV - Da Transferência e do Aproveitamento de Estudos.

3. PERFIL DO CURSO E DO EGRESSO

3.1. Perfil do Curso

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública é um curso de graduação de formação profissional de nível tecnológico e está em conformidade com os artigos 39 a 41 da Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB), regulamentados pelo Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, bem como com a Resolução CNE/CP 3, de 18 dezembro de 2002.

O Tecnólogo em Gestão Pública habilita-se a empregar métodos, técnicas e conceitos econômicos, financeiros e de gestão no planejamento e na alocação de recursos públicos administrados pelas esferas do poder público em âmbito regional e local.

Sua área de atuação está diretamente ligada às organizações públicas, bem como privadas, que tenham interface com setor público. O profissional também poderá vincular-se a instituições privadas prestadoras de serviços a órgãos públicos ou em instituições sem fins lucrativos que

desenvolvem atividades ligadas à promoção do bem-estar social, desenvolvimento regional, pesquisa aplicada e inovação tecnológica.

3.2. Perfil do Egresso

Os egressos do curso Tecnólogo em Gestão Pública da Faculdade IBAM deverão ser reconhecidos no mercado de trabalho como profissionais com capacidade para atuar como agentes de mudança e ter habilidade para aplicar métodos e instrumentos de gestão com objetivo de melhorar a Gestão Pública.

O perfil profissional do egresso da Faculdade IBAM considerou as orientações do MEC estabelecidas no Catalogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia:

Diagnostica o cenário político, econômico, social e legal na totalidade da gestão pública. Desenvolve e aplica inovações científico-tecnológicas nos processos de gestão pública. Planeja, implanta, supervisiona e avalia projetos e programas de políticas públicas voltados para o desenvolvimento local e regional. Aplica metodologias inovadoras de gestão, baseadas nos princípios da administração pública, legislação vigente, tecnologias gerenciais, aspectos ambientais e ética profissional. Planeja e implanta ações vinculadas à prestação de serviços públicos que se relacionam aos setores e segmentos dos processos de gestão. Avalia e emite parecer técnico em sua área de formação. (2016, p. 44)

Dessa forma, espera-se que os egressos do curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública formados pela Faculdade IBAM sejam capazes de:

- Compreender e analisar o cenário político, econômico, social e legal em sua relação com a gestão pública, bem como os processos de gestão em suas diferentes conformações regionais, sociais, ambientais e culturais.
- Articular teoria e prática no planejamento, implantação e gerenciamento de programas e projetos de políticas públicas numa perspectiva sistêmica e humanista.

4. ESTRUTURA DO CURSO

4.1. Organização Curricular

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública está alinhado com o que estabelece o Parecer do CNE/CP3/2002 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para organização e funcionamento dos cursos superiores de tecnologia em consonância com legislação vigente, de modo a oferecer ao educando os referenciais teórico-práticos que contribuam para sua formação e sua práxis profissional por meio da aquisição de conhecimentos, habilidade e atitudes que promovam seu pleno desenvolvimento pessoal, o exercício da cidadania e a sua qualificação para o mercado de trabalho.

Sendo assim, o currículo é concebido de modo a integrar as diferentes áreas dos saberes, de forma dinâmica e interdisciplinar, mediante uma abordagem dialógica dos temas trabalhados, alinhados aos componentes curriculares, além das atividades estruturadas complementares que fazem parte da matriz curricular do curso.

Nesta perspectiva, o currículo estruturado na educação tecnológica deve estar alicerçado na ideia de formação continuada, com base nos três pilares da Educação – aprender a conhecer, aprender a ser e aprender a fazer – que servem de referencial teórico no momento de organizar os conteúdos e suas respectivas carga horárias, a fim de atender a formação técnica e plena do educando durante o seu processo de formação.

Com base nos princípios educacionais de construção e produção do conhecimento crítico-reflexivo e da preparação do sujeito para o mercado de trabalho, a matriz curricular foi estruturada em módulos a serem realizados em semestres, por meio de componentes curriculares que fornecerão os conhecimentos mínimos necessários à formação de competências profissionais tecnológicas, gerais e específicas essenciais ao desempenho profissional do graduado em tecnologia. Assim, apresenta-se a Matriz Curricular do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública da Faculdade IBAM:

Quadro 1. Matriz Curricular do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública

	Componente Curricular	Carga Horária	
		Presencial	EaD
1º PERÍODO	Estado, Governo e Administração Pública	50	10
	Fundamentos do Direito Administrativo	60	20
	Matemática e Estatística aplicadas à gestão pública	50	10
	Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável	60	20
	Sistemas de informação na gestão pública	50	10
2º PERÍODO	Gestão Estratégica na Administração Pública	60	20
	Gestão de Processos	60	20
	Gestão de Pessoas	60	20
	Redação Técnico-científica	50	10
	Licitações e Contratos Administrativos	60	20
	Eletiva	-	30
3º PERÍODO	Logística e Patrimônio Público	50	10
	Comportamento Organizacional	60	20
	Marketing aplicado ao setor público	50	10
	Contabilidade Pública	60	20
	Gestão e Política Ambiental-Urbana	60	20
	Eletiva	-	30
4º PERÍODO	Gestão e Política Social	60	20
	Gestão Tributária	60	20
	Planejamento e Gestão Orçamentária	60	20
	Gestão de Programas e Projetos	50	10
	Orientação para o TCC	30	30
	Eletiva	-	30
Carga horária das disciplinas obrigatórias.		1.530 horas	
Atividades Complementares: Relatórios, Visitas Técnicas, Atividades Estruturadas, seminários, palestras.		120	
Carga horária total do Curso		1650 horas	
Disciplina optativa Libras (Decreto 5.626/2005)		30	
Total do Curso		1680 horas	

Quadro 3 – Disciplinas Eletivas

Disciplina	Período	Carga horária
Ética na Gestão Pública	2°	30
Cooperação Público-Privada	2°	30
Inovação e empreendedorismo	3°	30
Governo eletrônico e Transparência	3°	30
Planejamento de Carreiras	4°	30
Tópicos Especiais: Cibersegurança na Gestão Pública	4°	30

O ementário das disciplinas com respectivas bibliografias básica e complementar encontra-se no Anexo deste PPC.

4.2. Regime de Execução e Prazo de Integralização Curricular

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública está estruturado em 4 períodos semestrais. A integralização do Curso dar-se-á em um total de dois anos (prazo mínimo) ou três anos (prazo máximo), com um total de 1.650 horas.

5. METODOLOGIA

Como em outras ciências, a educação possui um conjunto de princípios que são influenciados por vários fatores: sociais, políticos, econômicos, tecnológicos e científicos.

A proposta metodológica do IBAM fundamenta-se nos referenciais propostos pela Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, na qual à educação cabe o desafiador papel de orientar e formar indivíduos capazes de atuarem em um mundo cada vez mais complexo e em permanente mudança.

Neste contexto, a educação deve voltar-se para o desenvolvimento do ser humano em sua totalidade, visando o processo de aquisição e aperfeiçoamento de competências, não apenas em termos do conhecimento formal, mas também visando uma orientação do indivíduo para o autodesenvolvimento, para uma convivência mais salutar com as diferenças, com responsabilidade social e pleno exercício da cidadania.

A metodologia da Faculdade IBAM compreende um conjunto de princípios que norteiam suas ações educacionais numa perspectiva que considera o homem como um ser social, sua inserção e atuação no mundo do trabalho e sua formação para o pleno exercício da cidadania. São princípios da Faculdade IBAM:

- desenvolver conteúdos que visem ao fortalecimento institucional das organizações do poder público;
- valorizar o ser humano em uma concepção biológica, social e política;
- considerar os saberes prévios dos educandos;
- promover o debate, a cooperação e a socialização do conhecimento;
- despertar o interesse investigativo, a curiosidade e a pesquisa;
- estimular o pensamento crítico e o criativo;
- estimular a consciência acerca das semelhanças e o respeito pelas diferenças individuais e coletivas;

- orientar para atuação com responsabilidade socioambiental e pleno exercício da cidadania;
- promover a construção coletiva do conhecimento e a busca para solução de problemas.

Esses princípios norteadores foram a base para a construção de uma matriz curricular que se caracteriza pela multidisciplinaridade e pela intersetorialidade na qual as disciplinas de forma articulada e complementar visam o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes requeridos para a formação do tecnólogo.

A metodologia adotada fundamenta-se na abordagem construtivista, cuja característica consiste na construção dinâmica do conhecimento. Essa concepção rompe com métodos tradicionais de divisão entre teoria e prática, propõe atuação ativa (protagonismo) do aluno, a ação mediadora do docente e uso permanente de metodologias ativas.

De acordo com Mahoney (1998, *apud* BASTOS, 2006), o construtivismo tem sido utilizado nas ciências sociais com duas acepções diferentes: retratando o organismo como um agente ativo em seu próprio desenvolvimento e como um meio de sublinhar os contextos sociais que constroem e orientam nossos esforços para conhecer, comunicar e transformar. Em síntese, a utilização da teoria construtivista envolve a compreensão do que se está fazendo.

Esta teoria propõe a reorganização daquilo que se aprende com o que já é conhecido pelo educando, em um processo ativo por parte de quem aprende. Neste caso, a mudança, além de quantitativa, é fundamentalmente qualitativa, com real perspectiva de mudança do comportamento a partir da aprendizagem do educando. O conhecimento é resultado da interação entre a nova informação com o conhecimento prévio do educando. Nesta perspectiva, aprender significa “construir modelos para interpretar a informação que recebemos” (POZO, 2002).

Com esta proposta metodológica espera-se que os alunos desenvolvam competências diferenciadas que possam ser reconhecidas como marcas formativas dos egressos do curso de Tecnologia em Gestão Pública da Faculdade IBAM. As marcas formativas serão trabalhadas de forma transversal em todas as disciplinas do curso para que possam ser internalizadas e evidenciadas pelos egressos dos cursos em sua vida profissional, sendo as principais:

- Capacidade analítica
- Atitude crítica e propositiva de métodos e formas de trabalhar
- Lente estratégica e orientação para resultados
- Domínio de conteúdo, uso da tecnologia e saber se comunicar
- Autodesenvolvimento, com conexão em redes de aprendizagem
- Olhar para diversidade e capacidade de interagir com múltiplos atores e parceiros

Cada uma dessas capacidades está relacionada ao domínio técnico-científico do saber fazer que consiste em um conjunto de técnicas a serem desenvolvidas pela educando ao longo de sua formação profissional com objetivo de aplicar nas prática os conhecimentos adquiridos na teoria, conforme estabelece o artigo 6º, § 1º do parecer do CNE/CP3/2002, “a organização curricular compreenderá as competências profissionais tecnológicas, gerais e específicas, incluindo os fundamentos científicos e humanísticos necessários ao desempenho profissional do graduado em tecnologia”.

Para a Faculdade IBAM o compromisso com a qualidade técnica da formação profissional do tecnólogo em Gestão Pública implica no preparo técnico para o mercado de trabalho e no compromisso com a sociedade.

6. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Trabalho de Conclusão de Curso - TCC é um componente curricular obrigatório e será realizado após a conclusão de todas as disciplinas que integram a matriz curricular do curso. Será elaborado pelo aluno sob supervisão de um professor orientador e avaliado nos moldes de uma disciplina, podendo ser submetido à Banca avaliadora para decisão da nota final.

O TCC é uma atividade do processo educacional que visa possibilitar ao discente complementar sua formação acadêmica, desenvolver e aperfeiçoar competências inerentes a sua futura profissão. Portanto, o professor orientador deverá observar se em sua formulação há evidências das marcas formativas da Faculdade IBAM, e se o aluno é capaz de integrar conceitos, fazer análises, sua capacidade de problematização e de propor soluções para situações relacionadas à prática profissional do Tecnólogo em Gestão Pública.

As diretrizes para elaboração do TCC serão indicadas no Manual do Trabalho de Conclusão de Curso e poderá ser elaborado na forma de:

- artigo científico
- trabalho monográfico

Em qualquer das modalidades o TCC deverá ser elaborado de acordo com as normas indicadas no Manual de Metodologia para produção de Trabalhos Acadêmicos disponibilizado pela Faculdade IBAM.

A Banca deverá ser composta por três professores, destes, a pedido do professor-orientador, um poderá ser convidado externo desde que observado o desempenho profissional em à área correlata ao tema do TCC.

O professor convidado para compor a banca examinadora não necessitará ter qualquer vínculo empregatício com à Faculdade. A data para defesa do TCC não poderá ser superior à 180 dias contados da data de conclusão da última disciplina do Curso no qual o discente estiver matriculado.

No caso de o TCC não apresentar conteúdo coerente com a linha de pesquisa adotada, o aluno terá direito a mais uma tentativa para refazer o trabalho que deverá ser submetido novamente à banca avaliadora. O TCC deverá ser entregue ao término do curso a fim de que o aluno possa colar grau. Se por algum motivo o TCC não for apresentado na data estabelecida no cronograma de avaliações, o aluno ficará impedido de colar grau até apresentação do TCC.

7. SISTEMA DE AVALIAÇÃO

7.1. Avaliação da Aprendizagem

Avaliação como parte do processo de ensino e de aprendizagem é ato contínuo que visa interpretar os conhecimentos, habilidades e atitudes dos alunos, reorientar a prática do professor em sala de aula e permitir que os alunos identifiquem seus *gaps* de aprendizagem.

Nesta perspectiva, percebe-se que não é possível dissociar o ato de acompanhar e retomar o processo de construção dos saberes com a intenção de constatar o nível de conhecimento que o aluno adquire ao longo do processo.

A partir desta concepção, o sistema de avaliação dos alunos do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública compreende a aplicação de exercícios, provas, testes, realização de estágios, visitas técnicas, participação em seminários regulamentados pelas normas definidas e resumidas nos seguintes documentos: **Regimento Escolar** e **Estatuto**.

A avaliação do desempenho escolar é feita por disciplina, incidindo sobre a frequência e o aproveitamento escolar, ao longo do respectivo período letivo. O aproveitamento escolar é avaliado por meio de acompanhamento contínuo do aluno e dos resultados por ele obtidos na avaliação como um todo (exercícios, trabalhos escolares escritos e/ou orais) durante o semestre letivo.

Avaliação Final trata-se de um recurso para o aluno que não conseguir a pontuação necessária para sua aprovação direta, deve ser realizada dentro do semestre letivo, o conteúdo abordado deve ser indicado pelo docente da disciplina.

A avaliação final será composta de questões objetivas e discursivas.

Durante o semestre letivo, são atribuídos aos alunos 100 (cem) pontos cumulativos, assim distribuídos:

- 30 (trinta) para avaliação do desempenho nas atividades desenvolvidas ao longo do semestre letivo; e 70 (setenta) para uma avaliação escrita composta de questões objetivas e discursivas, perfazendo um total de 100 pontos em cada avaliação.

Considera-se aprovado numa disciplina o aluno que nela tenha computado, a seu favor, o total mínimo de 70 (setenta) pontos. Independentemente dos demais resultados obtidos, é considerado reprovado o aluno que não tenha frequência de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das aulas e demais atividades programadas para cada disciplina durante o semestre letivo, de acordo com a legislação vigente.

Só tem direito à avaliação final o aluno com pontuação inferior a 70 (setenta) pontos, e o mesmo deverá acompanhar o cronograma de avaliações para ter conhecimento da data em que o exame será realizado. Só será aprovado no exame final, o aluno com pontuação mínima de 50 (cinco) pontos.

O aluno que faltar às avaliações deverá solicitar segunda chamada junto à Secretaria Acadêmica, com a devida justificativa, que será analisada pela Instituição.

O trabalho de conclusão de curso será avaliado nos moldes de uma disciplina, podendo ser submetido à banca avaliadora para decisão da nota final. Nos casos do TCC não apresentar conteúdo coerente com a linha de pesquisa adotada, o aluno terá direito a mais uma tentativa para refazer o trabalho que deverá ser submetido novamente à banca avaliadora. O TCC deverá ser entregue ao término do curso a fim de que o aluno possa colar grau; se por algum motivo o TCC não for apresentado na data estabelecida no cronograma de avaliações, o aluno ficará impedido de colar

grau até apresentação do TCC. A instituição, após o término do curso, dará o prazo máximo de seis meses para entrega do TCC.

7.2. Sistema de Avaliação Institucional do Projeto de Curso

A avaliação institucional, um dos componentes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei 10.861/2004, tem caráter formativo e visa o aperfeiçoamento dos agentes da comunidade acadêmica contemplando os seguintes princípios fundamentais:

- à melhoria da qualidade da educação superior;
- à orientação da expansão de sua oferta;
- o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social;
- o aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

No contexto atual, repleto de mudanças, é necessário que as instituições de ensino superior se mantenham em contínua transformação. É preciso que estejam frequentemente revendo suas ações e atividades acadêmicas em busca da qualidade educacional.

Nesta perspectiva, a avaliação do Projeto de Curso é processada em duas etapas: autoavaliação e avaliação externa.

- Autoavaliação (ou avaliação interna) compreende a avaliação e a análise dos resultados alcançados com a execução do projeto de curso e a gestão acadêmica visando a construção de conhecimento sobre a própria IES e, com isso, desenvolver ações que visem a melhoria da qualidade de ensino.
- Avaliação externa é realizada pelo INEP, ou seja, por especialistas externos à IES. Assim como a autoavaliação, tem por objetivo identificar os aspectos críticos, do ponto de vista dos indicadores oficiais para equacionar os problemas que possam surgir ao longo do processo ensino-aprendizagem de forma a assegurar a qualidade dos cursos oferecidos de acordo com as diretrizes do Sistema Nacional de Educação.

Autoavaliação

A autoavaliação deve envolver diretores, coordenadores, docentes, discentes, egressos, técnicos, administrativos e representantes da sociedade da área educacional, empresarial e comunidade em geral que, por meio de instrumentos, irão avaliar aspectos do roteiro de autoavaliação das Instituições indicados pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.

A Comissão Permanente de Avaliação (CPA), constituída por pedagogo(a), coordenador(a) de curso, corpo diretor da mantenedora e mantida, membros da comunidade acadêmica, técnica e administrativa, será responsável pela autoavaliação institucional que deverá compreender as seguintes etapas: reuniões sistemáticas de trabalho, elaboração dos instrumentos de avaliação, levantamento de dados, análise de informações e geração de relatório com os resultados do processo de autoavaliação que deverá indicar o plano de ação com as eventuais melhorias que necessitem ser implementadas pela IES para aperfeiçoar cada vez mais o ensino ofertado e fortalecer os resultados e a eficácia da autoavaliação institucional de acordo com art. 3º, item VIII da lei 10.861/2004.

A CPA, a Coordenação de curso e a Congregação devem trabalhar para que ocorra um aperfeiçoamento constante dos instrumentos de avaliação, principalmente nos aspectos relacionados com a atuação e desempenho dos docentes e a inter-relação professor-discente.

Além disso, a Coordenação do Curso, junto com o Núcleo Docente Estruturante realiza reuniões com periodicidade mínima semestral com o corpo discente e aproveitando o momento presencial das avaliações escritas, visando identificar eventuais problemas e adotar ou indicar possíveis soluções. Estas reuniões têm como pauta principal a avaliação de disciplinas, de professores, dos próprios discentes, do sistema eletrônico de secretária, da infraestrutura da instituição, da administração do curso e da instituição, enfim, de todos os aspectos que de alguma forma podem influenciar na qualidade do curso. Adicionalmente, após a conclusão de cada disciplina, o discente é convidado a responder um questionário de avaliação da disciplina cursada, quando serão abordados aspectos ligados à metodologia, aos professores e tutores, à IES em si e à plataforma de operação.

Assim, a avaliação da proposta do curso se dá em todos os níveis, incorporando as impressões e sugestões tanto da comunidade acadêmica como da sociedade e das empresas vinculadas ou não ao Curso através de convênios de estágios e/ou do desenvolvimento dos Trabalhos de Conclusão de Curso.

Na oportunidade tanto das reuniões da CPA, do Colegiado de Curso, do NDE, de professores e a todo momento, o corpo docente e técnico estará à disposição dos discentes e da sociedade em geral (inclusive através da Ouvidoria) para reavaliar a execução das propostas e propor, quando necessário, o realinhamento das formas de execução destas visando atender a proposta pedagógica da Faculdade IBAM.

Avaliação Externa

A comissão de avaliação externa tem como principal objetivo avaliar os principais aspectos relacionados às questões pedagógicas, corpo docente e infraestrutura, contribui ainda para o autoconhecimento aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas pela IES e traz subsídios importantes para a regulação e a formulação de políticas educacionais.

Como mencionado no documento “Orientações Gerais para o Roteiro da Autoavaliação das Instituições” do SINAES, as comissões externas ajudam a identificar acertos e equívocos da avaliação interna, apontam fortalezas e debilidades institucionais, apresentam críticas e sugestões de melhoramento ou, mesmo, de providências a serem tomadas - seja pela própria instituição, seja pelos órgãos competentes do MEC.

8. CERTIFICAÇÃO

Após ter concluído todas as etapas do Curso de Graduação Tecnológica, incluindo a prática supervisionada e o trabalho de conclusão do curso de acordo com o Regimento Escolar, será conferido ao aluno o diploma de **Tecnólogo em Gestão Pública**.

9. PERFIL DO CORPO DOCENTE

Quadro 3. Corpo Docente Disciplinas Obrigatórias

Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública			
Componente Curricular	Carga Horária	Docente	Currículo Resumido do Docente
Estado, Governo e Administração Pública	60	Afrânio de Oliveira Silva	<p>Graduado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2002), Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2006), Doutor na área de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade - CPDA/UFRRJ (2014) e Pós-Doutor em História Política, no Programa de Pós-Graduação em História Política da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - PPGH/UERJ (2017). Atualmente é Professor Adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ e do Colégio Pedro II. Assessor técnico do Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM. É autor de livros didáticos de sociologia para ensino fundamental e médio.</p> <p>CV: http://lattes.cnpq.br/4757011098083799</p>
Fundamentos do Direito Administrativo	80	Giovana Izidoro	<p>Mestre em Direito Público, Especialista em Direito Empresarial. Subprocuradora Geral Jurídica do Município de São Gonçalo (2009-2011). Advogada consultora no âmbito de Licitações e Contratos da Administração, Consórcios Públicos e Arbitragem. Membro do Instituto dos Advogados Brasileiros? IAB desde 2012. Auditora do Tribunal de Justiça Desportiva do Estado do Rio de Janeiro (2013). Professora palestrante de Direito Administrativo da Fundação Escola do Ministério Público- FEMPERJ (2007- 2014), convidada no programa de pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica- PUC/RJ, Professora no programa in company da Fundação Getúlio Vargas FGV, Professora convidada do Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM, professora efetiva dos programas de graduação e pós-graduação da Universidade Estácio de Sá - UNESA (2002 - 2014), professora efetiva do programa de graduação da Universidade Cândido Mendes - UCAM (2009-2013) e professora efetiva dos programas de graduação da Faculdade Peruíbe - UNISEPE (2016).</p> <p>CV: http://lattes.cnpq.br/5340439723763440</p>

Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública			
Componente Curricular	Carga Horária	Docente	Currículo Resumido do Docente
Matemática e Estatística aplicadas à Gestão Pública	60h	Leonardo José Amaral de Mello	<p>Mestre em Estatística na área de Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais da Escola Nacional de Ciências Estatísticas, especialização em Políticas Públicas pela Universidade do Texas – Austin e graduação em Sociologia e Ciência Política pela PUC/Rio. Trabalha com promoção dos direitos e políticas públicas desde 1991, estudando finanças públicas e sua ligação com a promoção de diferentes políticas setoriais, ministrando cursos de capacitação para atores sociais tão diversos quanto vereadoras/es, sindicatos, agentes públicos, lideranças sociais, delegadas/os e participantes de dinâmicas de Orçamento Participativo, no Brasil e no exterior.</p> <p>Cv: http://lattes.cnpq.br/5746764325569467</p>
Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável	80	Ângela Fontes	<p>Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ (1984) e doutora em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ (2000). Especialista em Desenvolvimento Local pela Centro Internacional de Formação da Organização Internacional do Trabalho? OIT (2002). Graduada em Economia pela Universidade Candido Mendes - UCAM (1977). Em 2021, atua como coordenadora da formação Mulheres Mais Fortes na Política, projeto desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal, onde exerceu a função de Superintendente de Desenvolvimento Econômico e Social (2004). Atualmente participa no Instituto como consultora e professora.</p> <p>CV: http://lattes.cnpq.br/4142651657861938</p>
Sistemas de Informação na Gestão Pública	60	José Augusto Sapienza	<p>Mestre e doutorando em Eng. de Sistemas e Computação pela COPPE/Univ. Federal do Rio de Janeiro. Mestre em Geographic Information Science & Systems pela Univ. de Salzburgo (Áustria). Bacharel em Ciência da Computação pela Univ. Federal Fluminense. Coordenador Acadêmico do Sistema Labgis - Núcleo de Geotecnologias da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Atua como pesquisador, consultor e professor. Experiência de 20 anos em Geotecnologias com ênfase em Sistemas de Informações Geográficas, Processamento Digital de Imagens, Computação Gráfica, Banco de Dados Geográficos, Qualidade de Dados Espaciais, Análise Espacial, Modelagem Computacional, Infraestrutura de Dados Espaciais. Possui experiência em docência presencial e online em nível de graduação, pós-graduação e extensão na UERJ, UFRJ, ENAP e Univ. de Salzburgo (Áustria).</p> <p>CV: http://lattes.cnpq.br/5920361315179486</p>

Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública

Componente Curricular	Carga Horária	Docente	Currículo Resumido do Docente
Gestão Estratégica na Administração Pública	80	Márcia Costa Alves da Silva	<p>Doutoranda no Programa de Ciência, Tecnologia e Inovação da UFRRJ. Mestre em Administração (UNESA), com especialização em Recursos Humanos (FGV) e em Planejamento e Gestão Educacional (UFF). Graduação em Psicologia (UGF) e Direito (UNESA). Experiência profissional voltada para a área de Gestão de Pessoas, Gestão por Competências, Educação Corporativa, Políticas Públicas, Responsabilidade Social, Desenvolvimento Gerencial e de Equipes. Atualmente trabalha como coordenadora de Ensino no Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM, onde coordena programas e projetos de treinamento em ensino presencial e a distância e no SENAC Rio onde atua como docente em cursos técnicos profissionais. Como consultora atua como especialista em gestão de pessoas em projetos de Modernização Administrativa para organizações públicas e privadas. Como docente possui experiência em cursos de graduação, pós-graduação e técnico-profissionais.</p> <p>CV: http://lattes.cnpq.br/1973733718894619</p>
Gestão de Processos	80	Célio Galvão	<p>Graduado em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1972), pós graduação em Sistemas de Gestão da Qualidade pelo LATEC-UFF-(2002), tendo feito diversos cursos de extensão e aperfeiçoamento no Brasil (FGV; NTT-UFRJ; QSP; FNQ; HGB, APCER, etc.) e no exterior (General Electric Company-USA, Joint Commission Accreditation of Health Care Organizations-USA, ASQ- American Society for Quality-USA, JUSE- Japan Union of Scientists and Engineers- JAPÃO). Instrutor e conteudista credenciado pela: ENAP- Escola Nacional de Administração Pública. ESAF - Escola de Administração Fazendária-RJ e PA. CBA - Consórcio Brasileiro de Acreditação. IBAM - Instituto Brasileiro de Administração Municipal. CEPERJ (antiga FESP - Fundação Escola de Serviço Público do Estado do RJ). Conteudista da UNIASSEVI no curso em EAD - Elaboração e Gerenciamento de Projetos (EAD). Atuando como auditor líder em auditorias do Sistema de Gestão pela ISO9000:2015 pela APCER, um Organismo de Certificação.</p> <p>CV: http://lattes.cnpq.br/8300887257871545</p>
Gestão de Pessoas	80	Márcia Costa Alves da Silva	<p>Doutoranda no Programa de Ciência, Tecnologia e Inovação da UFRRJ. Mestre em Administração (UNESA), com especialização em Recursos Humanos (FGV) e em Planejamento e Gestão Educacional (UFF). Graduação em Psicologia (UGF) e Direito (UNESA). Experiência profissional voltada para a área de Gestão de Pessoas, Gestão por Competências, Educação Corporativa, Políticas Públicas, Responsabilidade Social, Desenvolvimento Gerencial e de Equipes. Atualmente trabalha como coordenadora de Ensino</p>

Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública			
Componente Curricular	Carga Horária	Docente	Currículo Resumido do Docente
			<p>no Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM, onde coordena programas e projetos de treinamento em ensino presencial e a distância e no SENAC Rio onde atua como docente em cursos técnicos profissionais. Como consultora atua como especialista em gestão de pessoas em projetos de Modernização Administrativa para organizações públicas e privadas. Como docente possui experiência em cursos de graduação, pós-graduação e técnico-profissionais.</p> <p>CV: http://lattes.cnpq.br/1973733718894619</p>
Redação Técnico-científica	60	Cristina Matos da Costa	<p>Mestre em Sistemas de Gestão- UFF- Linha de Pesquisa foco em Liderança e Desenvolvimento de Equipes - Defesa da Dissertação maio 2013; Graduada em Psicologia (2020); Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1991). Graduada em Administração de Empresas pela Universidade Estácio de Sá em (2015). MBA em Qualidade Total Em Organizações e Estratégias (2011) Universidade Federal Fluminense; Especialista em Educação e Desenvolvimento de Recursos Humanos pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1993). Docente do MBA de Gestão de Pessoas na UFF na Disciplina Gestão de Carreiras. Na Universidade Estácio de Sá foi Coordenadora da Graduação Tecnológica de Recursos Humanos, Coordenadora da Pós-Graduação em Petróleo e Gás, professora do ensino presencial e da pós-graduação dos Cursos de Administração e Recursos Humanos em diversas disciplinas. Professora Tutora da EaD nos referidos cursos e, professora conteudista, validadora do banco de questões e professora teletransmitida em nível nacional das disciplinas de Métricas e Gestão do Clima Organizacional. Implantou o departamento Estácio In Company. Professora em Gestão de Pessoas da Faculdade IBAM. Docente da Pós-Graduação e do MBA da União de Faculdades de Alagoas e da Fundação Getúlio Vargas. Experiência nas áreas de: Administração e Educação e Recursos Humanos. Voluntária da Casa Ronald em um projeto entre o CRA e a FGV para apoio a Gestão da Instituição. Voluntária na Diretoria Técnica do Grupo Escoteiro João Ribeiro dos Santos 1 RJ. Trinta e dois anos de experiência nas áreas de Gestão, Educação e Pessoas com foco nas áreas de Seleção e Treinamento e Desenvolvimento. Psicóloga Clínica com atendimento presencial e on-line.</p> <p>CV: http://lattes.cnpq.br/2887686266910007</p>

Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública

Componente Curricular	Carga Horária	Docente	Currículo Resumido do Docente
Licitações e Contratos Administrativos	80	Giovana Izidoro	<p>Mestre em Direito Público, Especialista em Direito Empresarial. Subprocuradora Geral Jurídica do Município de São Gonçalo (2009-2011). Advogada consultora no âmbito de Licitações e Contratos da Administração, Consórcios Públicos e Arbitragem. Membro do Instituto dos Advogados Brasileiros? IAB desde 2012. Auditora do Tribunal de Justiça Desportiva do Estado do Rio de Janeiro (2013). Professora palestrante de Direito Administrativo da Fundação Escola do Ministério Público- FEMPERJ (2007- 2014), convidada no programa de pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica- PUC/RJ, Professora no programa in company da Fundação Getúlio Vargas FGV, Professora convidada do Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM, professora efetiva dos programas de graduação e pós-graduação da Universidade Estácio de Sá - UNESA (2002 - 2014), professora efetiva do programa de graduação da Universidade Cândido Mendes - UCAM (2009-2013) e professora efetiva dos programas de graduação da Faculdade Peruíbe - UNISEPE (2016 - atual)</p> <p>CV: http://lattes.cnpq.br/5340439723763440</p>
Logística e Patrimônio Público	60	Maurício Barbosa	<p>Especialista em Gestão Pública pela UCAM (TCC em Administração Patrimonial Pública). Associado ao CRA. Atuou em órgãos públicos de grande porte no âmbito Municipal, Estadual e Federal exercendo as funções de gestor administrativo e financeiro. Na função de Diretor Patrimonial em Secretarias de Estado editou 02 (duas) Resoluções e 15 (quinze), Portarias no tema, publicadas em Diários Oficiais, ainda em vigor. Atualmente trabalha como instrutor em órgãos públicos auditando e equacionando questões relacionadas ao ativo imobilizado de bens móveis e imóveis. Professor da Faculdade IBAM.</p> <p>CV: http://lattes.cnpq.br/9393715991929437</p>
Comportamento organizacional	80	Cristina Matos da Costa	<p>Mestre em Sistemas de Gestão- UFF- Linha de Pesquisa foco em Liderança e Desenvolvimento de Equipes - Defesa da Dissertação maio 2013; Graduada em Psicologia (2020); Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1991). Graduada em Administração de Empresas pela Universidade Estácio de Sá em (2015). MBA em Qualidade Total Em Organizações e Estratégias (2011) Universidade Federal Fluminense; Especialista em Educação e Desenvolvimento de Recursos Humanos pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1993). Docente do MBA de Gestão de Pessoas na UFF na Disciplina Gestão de Carreiras. Na Universidade Estácio de Sá foi Coordenadora da Graduação Tecnológica de Recursos Humanos, Coordenadora da Pós-Graduação em Petróleo e Gás, professora do ensino</p>

Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública

Componente Curricular	Carga Horária	Docente	Currículo Resumido do Docente
			<p>presencial e da pós-graduação dos Cursos de Administração e Recursos Humanos em diversas disciplinas. Professora Tutora da EaD nos referidos cursos e, professora conteudista, validadora do banco de questões e professora teletransmitida em nível nacional das disciplinas de Métricas e Gestão do Clima Organizacional. Implantou o departamento Estácio In Company. Professora em Gestão de Pessoas da Faculdade IBAM. Docente da Pós-Graduação e do MBA da União de Faculdades de Alagoas e da Fundação Getúlio Vargas. Experiência nas áreas de: Administração e Educação e Recursos Humanos. Voluntária da Casa Ronald em um projeto entre o CRA e a FGV para apoio a Gestão da Instituição. Voluntária na Diretoria Técnica do Grupo Escoteiro João Ribeiro dos Santos 1 RJ. Trinta e dois anos de experiência nas áreas de Gestão, Educação e Pessoas com foco nas áreas de Seleção e Treinamento e Desenvolvimento. Psicóloga Clínica com atendimento presencial e on-line.</p> <p>CV: http://lattes.cnpq.br/2887686266910007</p>
Marketing aplicado ao setor público	60	Heliana Marinho	<p>Graduada em Arquitetura pela Universidade Federal do Pará (1981) Pós-Graduação em Metodologia e Projetos de Desenvolvimento Municipal e Urbano - CEMUAM pela Escola Nacional de Serviços Urbanos - ENSUR/ Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) - RJ (1982) Mestrado em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) - RJ (1996) Doutorado em Administração pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) - RJ (2006). EPD - ExecutiveDevelopmentProgram em Inovação Estratégica pela HSM Escola Superior de Administração - RJ (2013). Especialização em MBA em Gestão Estratégica de Negócios e Inovação pela HSM Escola Superior de Administração - RJ (2015). Professora Auxiliar do Curso de Graduação em Produção Cultural, da Universidade Candido Mendes/IUPERJ, ministrando as disciplinas Economia Criativa e Empreendedorismo Cultural, de 2013 a 2017. Professora da Pós Graduação MBA em Gestão Cultural, da Universidade Candido Mendes/ABCG - Associação Brasileira de Gestão Cultural, ministrando a disciplina de Turismo Cultural e Cidades Criativas, desde 2013 até a presente data. Gerente de Desenvolvimento Local do SEBRAE/RJ de 2000 a 2006. Gerente de Desenvolvimento da Economia Criativa do SEBRAE RJ de 2006 a 2019. Responsável pela implantação e gestão do CRAB - Centro SEBRAE de Referência do Artesanato Brasileiro, na Praça Tiradentes 67, 69 e 71, RJ, de 2009 a 2019.</p> <p>CV: http://lattes.cnpq.br/8774098901792319</p>

Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública			
Componente Curricular	Carga Horária	Docente	Currículo Resumido do Docente
Contabilidade Pública	80	Marilda Sant'Anna Maciel	<p>Mestrado em Ciências Contábeis pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ (2017) e Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ (2010). Atualmente atua como Professora Universitária, Palestrante do Conselho Regional de Contabilidade - CRC/RJ e Gestora Pública da SEFAZ/RJ.</p> <p>CV: http://lattes.cnpq.br/3341986133109764</p>
Gestão e Política Ambiental-Urbana	80	Hélio Beiroz	<p>Doutor em Geografia (UFF), com ênfase em Ordenamento Territorial Ambiental, Mestre em Geografia (UFRJ), com ênfase Organização e Gestão do Território, MBA em Gestão Pública (UNIASSELVI e IBAM), além de Bacharelado (UFRJ) e Licenciatura Plena (UFRJ), também em Geografia. Além da formação oriunda de suas pós-graduações e graduações, possui qualificação em Sistemas de Informações Geográficas, experiência profissional na execução de projetos junto ao poder público, educação a distância e presencial. Atua como Analista de Gestão Socioambiental no Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), onde desempenha atividades relacionadas ao planejamento estratégico, elaboração e execução de programas e projetos, leciona cursos de curta duração, disciplinas de Pós-Graduação, desenvolve diagnósticos e estudos associados ao planejamento e gestão territorial e ambiental, urbana e rural. Possui experiência de docência em nível superior, acumulada em atuação na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Faculdades Integradas Simonsen e Universidade Cândido Mendes (UCAM).</p> <p>CV: http://lattes.cnpq.br/8029040607763480</p>
Gestão e Política Social	80	Hérculis Pereira Toledo	<p>Doutorando e mestrado em Serviço Social (PUC-RIO), graduado e licenciado em Ciências Sociais (UFRJ, 2004) e Relações Internacionais (UNESA,1997). Desenvolve projetos com a temática na área de fundamentos do Serviço Social, Políticas Públicas, Controle, Participação Democrática e Medidas Socioeducativas. Co-autor do livro O Município e a Política de Atendimento Socioeducativo (IBAM, 2018). Está associado ao grupo de pesquisa Trabalho, Políticas Públicas e Serviço Social, TRAPPUS (PUC-RIO). É premiado pela Bolsa Doutorado Nota 10 FAPERJ (2019) e pela Inovação em Gestão e Proteção Social, ENAPEGS (2014). Exerceu as funções de presidente e coordenador das Comissões de Normas, Orçamento e Finanças do Conselho Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro.</p> <p>CV: http://lattes.cnpq.br/7256900523432073</p>

Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública			
Componente Curricular	Carga Horária	Docente	Currículo Resumido do Docente
Gestão Tributária	80	Leonardo Godoi Sia	<p>Mestrando em Direito Tributário do Instituto Brasileiro de Estudos Tributário (IBET) com bolsa Capes, local onde também se formou na especialização na mesma disciplina. Especialista em Direito Público e Privado pelo Instituto Superior do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (ISMP/RJ). Fiscal de Rendas Municipal, professor da Especialização em Direito Tributário do Instituto Brasileiro de Estudos Tributários (IBET/RJ), do Conselho Regional de Contabilidade (CRC/RJ), da Especialização em Estratégias Tributárias da Universidade La Salle/RJ (Curso de Contabilidade), do Conselho Regional de Corretores de Imóveis (CRECI/RJ), professor e coach do curso: Estratégia Concursos e dos cursos de Gestão Tributária Municipal e Fiscalização Tributária do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) e conteudista de Gestão Tributária Municipal da Escola Nacional da Administração Pública (ENAP, vinculada ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão). Diretor da Associação dos Auditores e Fiscais Tributários Municipais do Estado do Rio de Janeiro - AFIMERJ.</p> <p>CV: http://lattes.cnpq.br/0920261308635041</p>
Planejamento e Gestão Orçamentária	80	Douglas das Chagas Almeida Lima	<p>Mestre em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco (2009). Graduado em administração pela Universidade Federal de Pernambuco (2005). Experiência na área de Administração, com ênfase em Política e Planejamento Governamentais, atuando principalmente nos seguintes temas: gestão pública, logística pública, licitações e contratos.</p> <p>CV: http://lattes.cnpq.br/8109625956411388</p>
Gestão de Programas e Projetos	60	Leene Marques	<p>Especialista em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas. Graduada. Graduada em Química pela Universidade de Vassouras – FUSVE. Com mais de 35 anos de experiência, atuando em instituições de ensino superior e empresas do setor privado e público. Fundou Instituto Desenvolver e atua como conferencista, palestrante e assessora técnica. Pesquisadora interdisciplinar. Atua como professora convidada em diversas universidades brasileiras. Professora do Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM.</p> <p>CV: http://lattes.cnpq.br/7060972546061610</p>
Orientação para o TCC	90	Professor (a) a ser indicado pela coordenação do curso	Docentes do curso.

Quadro 4. Corpo Docente Disciplinas Eletivas

Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública			
Componente Curricular	Carga Horária	Docente	Currículo Resumido do Docente
Ética na Gestão Pública	30	Afrânio de Oliveira Silva	<p>Graduado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2002), Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2006), Doutor no Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade - CPDA/UFRJ (2014) e Pós-Doutor em História Política, no Programa de Pós-Graduação em História Política da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - PPGH/UERJ (2017). Atualmente é Professor Adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ e do Colégio Pedro II. Assessor técnico do Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM. É autor de livros didáticos de sociologia para ensino fundamental e médio.</p> <p>CV: http://lattes.cnpq.br/4757011098083799</p>
Cooperação Público-Privada	30	Bernardo Mercante Marques	<p>Graduado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e mestre em Planejamento Urbano e Regional, pelo Instituto de Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutorando em Urbanismo no Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da UFRJ. Atuo profissionalmente, desde 2007, com a elaboração, coordenação e execução de projetos na área de políticas públicas, desenvolvimento local e territorial.</p> <p>CV: http://lattes.cnpq.br/5442708902608795</p>
Inovação e empreendedorismo	30	Heliana Marinho	<p>Graduada em Arquitetura pela Universidade Federal do Pará (1981) Pós-Graduação em Metodologia e Projetos de Desenvolvimento Municipal e Urbano - CEMUAM pela Escola Nacional de Serviços Urbanos - ENSUR/ Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) - RJ (1982) Mestrado em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) - RJ (1996) Doutorado em Administração pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) - RJ (2006). EPD - ExecutiveDevelopmentProgram em Inovação Estratégica pela HSM Escola Superior de Administração - RJ (2013). Pós-graduação Lato Sensu - Especialização em MBA em Gestão Estratégica de Negócios e Inovação pela HSM Escola Superior de Administração - RJ (2015). Professora Auxiliar do Curso de Graduação em Produção Cultural, da Universidade Candido Mendes/IUPERJ, ministrando as disciplinas Economia Criativa e Empreendedorismo Cultural, de 2013 a 2017. Professora da Pós-Graduação Lato Sensu MBA em Gestão Cultural, da Universidade Candido Mendes/ABCG - Associação Brasileira de Gestão</p>

Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública

Componente Curricular	Carga Horária	Docente	Currículo Resumido do Docente
			<p>Cultural, ministrando a disciplina de Turismo Cultural e Cidades Criativas, desde 2013 até a presente data. Gerente de Desenvolvimento Local do Sebrae/RJ de 2000 a 2006. Gerente de Desenvolvimento da Economia Criativa do SEBRAE RJ de 2006 a 2019. Responsável pela implantação e gestão do CRAB - Centro Sebrae de Referência do Artesanato Brasileiro, na Praça Tiradentes 67, 69 e 71, RJ, de 2009 a 2019.</p> <p>CV: http://lattes.cnpq.br/8774098901792319</p>
Governo eletrônico e transparência	30	Abian Mendes Laginestra	<p>Especialista latu senso em engenharia de software e segurança da informação pelo INFNET Graduado em Processos Gerenciais pela EBAPE - Fundação Getúlio Vargas. Sólida experiência na área de Ciência da Computação, com ênfase em Sistemas de Informação e cibersegurança. Expertise na condução de projetos estratégicos de segurança da informação, com participação ativa na área de compliance. Domínio das melhores práticas de segurança: ISO 27001, ISO31000, CIS, Cloud AWS, ITIL, COBIT, ISA-99 e PMI. Desenvolvimento de arquiteturas com aderência regulatória GAMP, ANVISA, FDA 21 CFR Part 11 e Qualificação da infraestrutura de TI e TA. Experiência em integração de TI com OT (Tecnologia de Automação) e Redes SCADA.</p> <p>CV: http://lattes.cnpq.br/7111173046351543</p>
Planejamento de Carreiras	30	Cláudia Pedreira do Couto Ferraz	<p>Mestre em Administração pela Universidade Metodista de São Paulo. Tem mais de 20 (vinte) anos de experiência no planejamento, coordenação e desenvolvimento de projetos no campo da modernização administrativa e gestão de pessoas, no Brasil e no exterior, além da articulação com os diversos atores sociais: agentes políticos, gestores, servidores, técnicos governamentais, lideranças comunitárias, representantes da sociedade civil organizada e sindicatos. Professora da Escola Nacional de Serviços Urbanos do IBAM e dos cursos de MBA de Gestão de Pessoas e Gestão Empresarial da Fundação de Apoio ao CEFET? FUNCEFET. É autora e colaboradora em artigos e documentos sobre gestão pública.</p> <p>CV: http://lattes.cnpq.br/6552468807888656</p>
Tópicos especiais: Cyber segurança na Gestão Pública	30	Abian Mendes Laginestra	<p>Especialista latu senso em engenharia de software e segurança da informação pelo INFNET Graduado em Processos Gerenciais pela EBAPE - Fundação Getúlio Vargas. Sólida experiência na área de Ciência da Computação, com ênfase em Sistemas de Informação e cibersegurança. Expertise na condução de projetos estratégicos de segurança da informação, com participação</p>

Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública

Componente Curricular	Carga Horária	Docente	Currículo Resumido do Docente
			<p>ativa na área de compliance. Domínio das melhores práticas de segurança: ISO 27001, ISO31000, CIS, Cloud AWS, ITIL, COBIT, ISA-99 e PMI. Desenvolvimento de arquiteturas com aderência regulatória GAMP, ANVISA, FDA 21 CFR Part 11 e Qualificação da infraestrutura de TI e TA. Experiência em integração de TI com OT (Tecnologia de Automação) e Redes SCADA.</p> <p>CV: http://lattes.cnpq.br/7111173046351543</p>

10. INFRAESTRUTURA FÍSICA

Com previsão de funcionamento nos pavimentos térreo e mezanino, com área total de 202,8m² e podendo ser utilizado espaço alternativo, os ambientes e instalações a serem utilizados para as atividades acadêmicas são discriminados nos quadros a seguir:

Térreo	2,93	m ²	Triagem/ Área de Espera
	3,80	m ²	Hall do Elevador
	29,40	m ²	Recepção
	1,77	m ²	Escada
	10,62	m ²	Secretaria ENSUR
	5,94	m ²	Banheiro Feminino
	4,78	m ²	Banheiro Masculino
	3,28	m ²	Banheiro acessível (pessoas com deficiência)
	5,36	m ²	Copa
	29,03	m ²	Laboratório de Informática
	3,14	m ²	Depósito
30,05	m ²	Sala de Aula Multiuso	
TOTAL	130,10	m²	

Mezanino	3,60	m ²	Hall do Elevador
	10,80	m ²	Recepção
	15,30	m ²	Escada
	13,20	m ²	Antessala de estudos e convivência
	6,40	m ²	Centro de Documentação e Acervo
	21,00	m ²	Sala de estudos para grupos de trabalho e pesquisa
	2,40	m ²	Banheiro unissex
TOTAL	72,70	m²	

INFRAESTRUTURA FÍSICA DAS INSTALAÇÕES ADMINISTRATIVAS E DA GESTÃO INSTITUCIONAL

2º ANDAR	16,06	m ²	Tesouraria / Setor Financeiro
	50,49	m ²	Produção técnica
	7,22	m ²	Superintendência Administrativa e Financeira
	11,57	m ²	Reprografia
	4,19	m ²	CPD
	11,24	m ²	Suporte Informática
	11,95	m ²	Expedição
	3,58	m ²	Vestiário
	2,84	m ²	Copa
	4,78	m ²	Banheiro Masculino
5,94	m ²	Banheiro Feminino	
TOTAL	129,86	m²	

3º ANDAR	16,06	m ²	Assessoria Jurídica
	30,59	m ²	Produção técnica (O&G – Organização e Gestão)
	7,25	m ²	Sala de Reunião e Estudos
	6,96	m ²	Superintendência O&G
	7,23	m ²	Superintendência ENSUR
	50,38	m ²	Produção técnica (ENSUR – Escola Nacional de Serviços Urbanos)
	2,84	m ²	Copa
	4,78	m ²	Banheiro Masculino
	5,94	m ²	Banheiro Feminino
TOTAL	132,03	m²	

4º ANDAR	23,84	m ²	Superintendência Geral
	1,94	m ²	Banheiro
	32,83	m ²	Produção técnica (DES – Desenvolvimento Econômico e Social)
	6,95	m ²	Superintendência DES
	47,93	m ²	Produção técnica (DUMA – Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente)
	10,29	m ²	Sala de Reuniões e Estudos
	2,93	m ²	Copa
	4,78	m ²	Banheiro Masculino
	5,94	m ²	Banheiro Feminino
TOTAL	137,4	m²	

*Todos os andares dispõem de elevador acessível para transporte de pessoa em cadeira de rodas, dotado de mecanismos para compreensão da pessoa com deficiência visual (comando de voz e botoeira em Braille) e da pessoa com deficiência auditiva (painel luminoso da indicação do andar), com capacidade para oito passageiros em pé.

**Todos os andares são climatizados com sistema digital e automático de modulação da temperatura ambiente e dotados de janelas com isolamento acústico e vidro antirruído.

ANEXO – EMENTÁRIO

a) Disciplinas Obrigatórias

D1. Estado, Governo e Administração Pública

Ementa

Definição de política (clássica e moderna). As teorias explicativas da existência do Estado. O Estado Moderno. Transformação organizacional do Estado. O Estado Contemporâneo. Ênfase na compreensão ampla dos fenômenos que o caracterizam. Elementos constitutivos do Estado. Formas de Estado. Formas de Governo. Sistemas de Governo. Sociedade e Participação. A Federação brasileira. Sua organização constitucional. Os Poderes da República e seus correspondentes nas esferas estadual e municipal. Os princípios constitucionais aplicáveis à Administração Pública. A competência e as atribuições dos membros da Federação. Relações Intergovernamentais.

Bibliografia Básica

- BOBBIO, Norberto. **Estado, governo e sociedade**: para uma teoria geral da política. 24. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.
- BORON, Atílio A. **Filosofia política moderna**: de Hobbes a Marx. Buenos Aires: CLACSO; São Paulo: USP, 2006.
- CHEVALIER, Jean-Jacques. **As grandes obras políticas**: de Maquiavel a nossos dias. 8. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1999.
- CORRÊA, V. e PASSADOR, C. S. **O campo do conhecimento em administração pública no Brasil**: uma análise a partir do olhar do Guerreiro Ramos. Brasília: ENAP, 2019. (Coleção Gestão Pública)

Bibliografia Complementar

- BOBBIO, Norberto. Política. In BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco (Editores). **Dicionário de Política**. 5. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1993.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%20C3%A7ao.htm. Acesso em: 20 abr. 2021.
- DI PIETRO, Maria Sylvania Zanella. **Direito administrativo**. 29.ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2016
- MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 32.ed. São Paulo: Atlas, 2016.
- SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 39.ed. São Paulo: Malheiros, 2016.

D2. Fundamentos do Direito Administrativo

Ementa

Direito Administrativo, sua constitucionalização e condicionamento pelos direitos fundamentais. Regime jurídico de direito público. Princípios básicos ou setoriais que informam a Administração Pública. Estrutura Administrativa: noção da estrutura organizacional da Administração Pública e seus elementos orgânicos. Pessoas políticas, órgãos, agentes, pessoas administrativas, introdução às

agências reguladoras e executivas. A participação do setor privado na ordem social: terceiro setor e quarto setor. Atividade administrativa: serviço público, polícia, fomento e intervenção.

Bibliografia Básica

- BAPTISTA, Patrícia. **Transformações do Direito Administrativo**, Rio de Janeiro: Renovar, 2003.
- BINENBOJM, Gustavo. **Uma teoria do Direito Administrativo: direitos fundamentais, democracia e constitucionalização**. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 29. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

Bibliografia Complementar

- ARAGÃO, Alexandre Santos; MARQUES NETO, Floriano de Azevedo (Coord.). **Direito Administrativo e seus novos paradigmas**. Belo Horizonte: Fórum, 2008.
- MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. 31. ed. rev. atual. São Paulo: Malheiros, 2014.

D3. Matemática e Estatística aplicadas à gestão pública

Ementa

Conceitos estatísticos básicos, coleta de dados e sistematização, organização e apresentação de dados sintéticos, distribuições de frequência, medidas de posição e dispersão. Formulação e uso de indicadores no ciclo de políticas públicas (planejamento, implementação, monitoramento e avaliação). Leitura e interpretação de dados, limites e potencialidades dos indicadores. Tomada de decisões com indicadores e fomento à gestão qualificada.

Bibliografia Básica

- BESSION, Jean-Louis. **A Ilusão das Estatísticas**. São Paulo:UNESP, 1995.COSTA, Sérgio Francisco. **Introdução ilustrada a estatística**. 4.ed.São Paulo: Editora Harbra, 2005.
- FARIAS FILHO, Milton; ARRUDA FILHO, Emílio José Montero. **Planejamento da pesquisa científica**. São Paulo: Atlas, 2013.
- JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores Sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações**. 5. ed. Campinas, SP: Alínea, 2012.
- LEVIN, Jack; FOX, James Alan. **Estatística para Ciências Humanas**. 11.ed.São Paulo: Pearson, 2012.
- SECCHI,Leonardo.**Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**.2. ed. São Paulo: CengageLearning, 2013

Bibliografia Complementar

- RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3.ed.São Paulo: Atlas, 2007.
- VIEIRA, Sônia; WADA, Ronaldo. **O que é estatística**. São Paulo: Brasiliense, 1998. (Col. Primeiros Passos; 195).

D4. Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável

Ementa

Políticas públicas: conceitos básicos e tipologia e estruturas e processos. Formulação de políticas públicas: processo decisório e grupos de interesse; estruturação de problemas e questões públicas; papel dos atores públicos e privados; ciclo orçamentário. Implementação e avaliação de políticas públicas: critérios de avaliação e desempenho; participação e controle social. Refletindo sobre as políticas públicas setoriais – saúde e educação - na pós-pandemia da Covid-19. Desenvolvimento Sustentável: território, intersetorialidade e a relação global/local; participação social; cadeias produtivas; arranjos Produtivos Locais – APLs. Arranjos cooperativos: setor público, setor privado e o terceiro setor. Políticas ambientais pós-pandemia da Covid-19. Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Agenda 2030 nos municípios. Territorialização e aceleração dos ODS. Impactos da Covid-19 na Agenda 2030

Bibliografia Básica

- BUCKERIDGE, Marcos Silveira; PHILIPPI JUNIOR, Arlindo. Ciência e políticas públicas nas cidades: revelações da pandemia da Covid-19. *Estud. av.*, São Paulo, v. 34, n. 99, pág. 141-156, agosto de 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142020000200141&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 16 abr. 2021.
- CALDAS, M. F. **A utopia da reforma urbana**: ação governamental e política pública no Brasil. Belo Horizonte: C/Arte, 2018.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Brasil Pós Covid-19**: contribuições do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: IPEA, 2020. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/200724_ri_o%20brasil_pos_covid_19_sumex.pdf. Acesso em: 16 abr. 2021.

Bibliografia Complementar

- DOWBOR, Ladislau; MOSANER, Marcelo. **A crise brasileira**: coletânea de contribuições de professores da PUC/SP.ORG. São Paulo: Ed. Contracorrente, 2016.
- GUICHENEY Hellen. Para além da participação: conselhos e o funcionamento regular das políticas públicas municipais em contexto federativo. **10. Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP)**, 2016, Belo Horizonte. Disponível em: <https://cienciapolitica.org.br/system/files/documentos/eventos/2017/04/para-alem-participacao-conselhos-e-funcionamento-regular-das.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2021.
- OBSERVATORIO DO FUTURO. **Relatório da ONU sobre progresso dos ODS aponta que a COVID-19 está comprometendo avanços no campo social**. Disponível em: <https://www.tce.sp.gov.br/observatorio/relatorio-onu-sobre-progresso-ods-aponta-covid-19-esta-comprometendo-avancos-campo-social>. Acesso em: 16 abr. 2021.
- PASSOS, João Décio (org.). **Diálogos no interior da casa comum**: recepções interdisciplinares sobre a Encíclica Laudato Si'. São Paulo: Paulus, 2016.
- PNUD Brasil. **PNUD faz lançamento nacional do Relatório de Desenvolvimento Humano 2020**. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/presscenter/articles/2020/pnud-faz->

[lançamento-nacional-do-relatorio-de-desenvolvimento-hum.html](#)>. Acesso em: 16 abr. 2021.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 16, pág. 20-45, dez. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222006000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 16 abr. 2021.

D5. Sistemas de Informação na gestão pública

Ementa

Informação e sua era. Conceituação de Sistemas de Informação e relação com tecnologias da informação. Tipos de sistemas de informação pertinentes à gestão pública para cadastros, processos administrativos e análises (estatísticas e espaciais). Noções de segurança da informação e privacidade. Acesso à informação, participação social e democracia. Noções sobre governo eletrônico.

Bibliografia Básica

- LAUDON, Kenneth C.; LAUDON, Jane P. **Sistemas de informações gerenciais**. 11. ed. Belo Horizonte: Editora Pearson Universities, 2015.
- STAIR, R.; REYNOLDS, G. **Princípios de sistemas de informação**. 3. ed. Rio de Janeiro: Cengage Learning, 2015.
- LONGLEY, Paul A.; GOODCHILD, Michael F.; MAGUIRE, David J.; RHIND, David W. **Sistemas e ciência da informação geográfica**. Porto Alegre: Bookman, 2009.

D6. Gestão Estratégica na Administração Pública

Ementa

Fundamentos da administração estratégica. Reforma administrativa e modernização do Estado. Pilares dos modelos de Gestão Pública. Modelos de Gestão Organizacional. Políticas públicas: instrumentos para planejamento e gestão. Implementação e controle estratégico. Metodologia para elaboração do planejamento estratégico na gestão pública.

Bibliografia Básica

- ANSOF, H. Igor. Do planejamento estratégico à administração estratégica. São Paulo: Atlas, 1993.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 29. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.
- FRANCISCO, Witaker; LADSLAW, Dowbor. Planejamento Sim e Não: um modo de agir num mundo em permanente mudança. 15.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- MINTZBERG, Henry. Safári de estratégia: um roteiro pela selva do planejamento estratégico. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

Bibliografia Complementar

- GIACOMONE, James; JOSÉ, Luiz Pagnussat(org). **Planejamento e Orçamento Governamental: uma coletânea**. 2 volumes. Brasília: ENAP, 2006.
- Manual do Prefeito**. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro: IBAM, 2016.

D7. Gestão de Processos

Ementa

Conceitos básicos da gestão de processos. Estrutura da organização. Processos organizacionais. Etapas da gestão de processos. Instrumentos de análise e gestão de processos. A medição do desempenho dos processos. Tecnologias de gestão orientadas para processos. Gráficos de processamento e organização. A implementação das melhorias nos processos. Formulários. Avaliação da implementação e dos resultados da melhoria do processo. Arranjo físico. Análise e distribuição do trabalho. Normalização dos processos. A continuidade e a sustentabilidade das melhorias.

Bibliografia Básica

- ANDERSEN, Bjorn. **Business Improvement Toolbox**. Milwaukee: asqualitypress, 2007.
- GALVÃO, Celio A.C.; MENDONÇA, Mauro M.F. de. **Fazendo acontecer na qualidade total: análise e melhoria de processos**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1997.
- KING, James B.; KING, Francis G.; DAVIS, Michel W.R. **ProcessImprovementSimplified: A How-to-Book for Success in anyOrganization**. Milwaukee: asqualitypress, 2014.
- MARANHÃO, Mauriti; MACIEIRA, M.E.B. **O Processo nosso de cada dia: modelagem de processos de trabalho**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2004.
- SORDI, José Osvaldo de. **Gestão por processos: uma abordagem moderna da administração**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

Bibliografia Complementar

- ALBRECHT, Karl. **Serviços internos: como resolver a crise de liderança do gerenciamento de nível médio**. São Paulo: Pioneira, 1994.
- DOLAN, Simon L.; GARCIA, Slavador. **Gestão por valores: um guia corporativo para viver, manter-se vivo e ganhar a vida no século XXI**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2006.
- LOPES, Paulo Afonso. **Probabilidades e estatística: conceitos, modelos e aplicações no excel**. Rio de Janeiro: Reichmann& Affonso Editores, 2001.

D8. Gestão de Pessoas

Ementa

Planejamento e gestão de pessoas no setor público. Gestão de Pessoas por Competências. Aspectos jurídicos da gestão de pessoas. Modelagem de cargos e estruturação de carreiras. Concurso Público. Remuneração. Desenvolvimento de pessoal. Avaliação de desempenho. Cultura e clima organizacional. Comunicação interna. Qualidade de vida no trabalho.

Bibliografia Básica

- CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos na organização**. 4ª ed. São Paulo: Editora Manole, 2014.
- SILVA, Márcia Costa Alves da. **Gestão de pessoas: curso EAD [livro eletrônico] – ed. rev. e atual.** – Rio de Janeiro: IBAM, 2020.

TEIXEIRA, Gilnei Mourão; SILVEIRA, Aristeu Coelho da; BASTOS, Carlos Pinheiro dos Santos; OLIVEIRA, Gercina Alves de. **Gestão estratégica de pessoas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

Bibliografia Complementar

RUANO, Alessandra Martinewski. **Gestão por competências**: uma perspectiva para a consolidação da gestão estratégica de recursos humanos. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2007.

D9. Redação Técnico-científica

Ementa

Modalidades de documentos técnico-científicos: projetos, artigos, relatórios, monografia, dissertação e tese. Constituição de textos técnico-científicos: introdução e apresentação, objeto e hipótese, objetivos gerais e específicos, métodos e procedimentos, cronograma, resultados e conclusões, elementos pré e pós-textuais, ilustrações, quadros e tabelas, referências e fontes. Pesquisa documental, Periódicos, Bases de Dados e Bibliotecas Virtuais. Normas ABNT e boas práticas de redação técnica e científica. Citação Direta ou literal e Citação Indireta (paráfrase) segundo ABNT. Ética, autoria e plágio.

Bibliografia Básica

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 10520:2002**. Informação e documentação – Citações em documentos – Apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 14724:2011**. Informação e documentação - Trabalhos acadêmicos – Apresentação. Rio de Janeiro, 2011.

BARROS, Aidil Jesus da Silva; LEHFELD, Neide Aparecida. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Pearson Education, 2007.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. rev. Aumentada. São Paulo: Perspectiva. (Coleção Estudos)

KAHLMAYER-MERTENS, R. S.; FUMANGA, M.; TOFFANO, C. B.; SIQUEIRA, F. **Como elaborar projetos de pesquisa**: linguagem e método. Rio de Janeiro: FGV, 2007. (coleção FGV Prática)

Bibliografia Complementar

RUDIO, F. V. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. 43.ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2015

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

D10. Licitações e Contratos Administrativos

Ementa

Licitações. Princípios das Licitações. Tipos e Modalidades de Licitação. Dispensa. Inexigibilidade. Procedimento Licitatório. Homologação. Crimes em Licitação. Contratos Administrativos. Características dos Contratos Administrativos e suas diferenças dos Contratos Privados. Contratos em Espécie. Forma dos Contratos Administrativos. Clausulas Exorbitantes. Questões envolvendo equilíbrio econômico financeiro. Execução. Extinção. Crimes em Contratos Administrativos. Lei Complementar nº 123/2006.

Bibliografia Básica

JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à lei de licitações e contratos administrativos**. 14.ed. São Paulo: Dialética, 2010.

SCARPINELLA, Vera. **Licitação na modalidade pregão**. 2.ed. São Paulo: Malheiros, 2010. (Coleção Temas de Direito Administrativo, vol. 09).

Bibliografia Complementar

FURTADO, Lucas Rocha. **Curso de Licitações e Contratos Administrativos**. 6.ed. Belo Horizonte: Fórum, 2015.

SANTANA, Jair Eduardo. **Pregão presencial e eletrônico: sistema de registro de preços: manual de implantação, operacionalização e controle**. 4.ed. Belo Horizonte: Fórum, 2014.

D11. Logística e Patrimônio Público

Ementa

Abordagem do sistema logístico: logística integrada, cadeia de suprimentos, transportes, nível de serviço, movimentação e armazenagem e distribuição. O papel da administração de materiais na logística empresarial pública e privada. Significado e objetivo da administração dos recursos materiais e patrimoniais. A influência do comércio eletrônico na estratégia de aquisição. Gerenciamento das aquisições em projetos. As técnicas para compra e venda de material. O nível de estoques. O planejamento e controle de materiais. Metodologias para gestão de material e patrimônio em organizações públicas e privadas. O uso da informática na administração de material e patrimônio. (Gestão de Recursos Materiais e Patrimoniais).

Bibliografia Básica

BOWERSOX, Donald J. CLOSS, David J. e COOPER, M. Bixby. **Gestão Logística de Cadeia de Suprimentos**. Porto Alegre: Bookman, 2006.

DIAS, Marco Aurélio P. **Administração de Materiais: Princípios, conceitos e gestão**. São Paulo: Atlas, 2009.

Bibliografia Complementar

REIS, Heraldo da Costa; MACHADO Jr, J. Teixeira. **A Lei 4320 comentada**. 35.ed. Rio de Janeiro: IBAM, 2015.

D12. Comportamento organizacional

Ementa

Fundamentos do comportamento organizacional. Indivíduo, grupos e equipes. Teorias Motivacionais. Comunicação e relacionamento interpessoal (trabalho em equipe). Gestão de Conflitos e negociação. Cultura e Mudança Organizacional. Liderança e Gerência.

Bibliografia Básica

AGUIAR, Maria Aparecida Ferreira de; **Psicologia Aplicada à Administração: uma abordagem interdisciplinar**. Rio de Janeiro: Saraiva, 2005.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos na organização.** 4ª ed. São Paulo: Editora Manole, 2014.

CHIAVENATO, Idalberto. **Comportamento Organizacional: a dinâmica de sucesso das organizações.** 3ª ed. São Paulo: Editora Manole, 2014.

Bibliografia Complementar

CAVALCANTI, Vera Lucia; CARPILOVSKY, Marcelo; LUND, Myrian; LAGO, Regina Arczynska. **Liderança e Motivação.** 3.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

ZANELLI, José Carlos; ANDRADE-BORGES, Jairo Eduardo; BASTOS, Antonio Virgílio Bittencourt. **Psicologia, organizações e trabalho no Brasil.** 2.ed. Porto Alegre: Editora ARTMED, 2014.

D13. Marketing aplicado ao setor público

Ementa

Conceitos gerais de Marketing, funções do marketing. Marketing na Gestão Pública. Dimensões do marketing nos diferentes setores e esferas da Gestão Pública. O papel do Estado na regulamentação das atividades de marketing que afetam a sociedade como um todo e os consumidores em específico. Aplicação de ferramentas de marketing no setor público. Ferramenta de pesquisas (eleitorais e de opinião). Plano de marketing.

Bibliografia Básica

COBRA, M. H. N. **Marketing básico: uma abordagem brasileira.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 1997.

KOTLER, P.; LEE, Nancy. **Marketing no setor público.** Porto Alegre: Bookman, 2007.

KOTLER, P.; KARTAJAYA, H.; SETIAWAN, I. **Marketing 3.0: As forças que estão definindo o novo marketing centrado no ser humano.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

ZENONE, L. C. **Marketing social.** São Paulo: Thomson Learning, 2006.

Bibliografia Complementar

FIGUEIREDO, R. **Escola política: Manual prático de marketing político.** Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer no Brasil, 2004.

MCDONALD, M. **Planos de marketing: planejamento e gestão estratégica - como criar e implementar planos eficazes.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

D14. Contabilidade Pública

Ementa

Plano de Contas aplicado ao Setor Público (PCASP): Aspectos Gerais do PCASP e Estrutura do PCASP; Aspectos Orçamentário, Patrimonial e Fiscal da Contabilidade aplicada ao Setor Público; Características Qualitativas; Fonte / Destinação de Recursos; Registros Contábeis referentes às Transações sem efetivo Fluxo de Caixa; Procedimentos Contábeis Patrimoniais: Elementos das Demonstrações Contábeis; Mensuração de Ativos e Passivos; Estoques; Ativo Imobilizado; Ativo Intangível; Redução ao Valor Recuperável; Propriedade para Investimento; Receita de Transação sem Contraprestação; Receita de Transação com Contraprestação; Custos de Empréstimos; Provisões,

Passivos Contingentes e Ativos Contingentes; Reflexo Patrimonial das Despesas de Exercícios Anteriores (DEA); Procedimentos Contábeis Específicos.

Bibliografia Básica

- BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 13 out. 2016.
- BRASIL. **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm> Acesso em: 13 out. 2016.
- BRASIL. **Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964**. Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da união, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4320.htm> Acesso em: 13 out. 2016.
- BRASIL. STN (Secretaria do Tesouro Nacional). Manual de contabilidade aplicada ao setor público - MCASP, 8ª edição. Disponível em: <<https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/manual-de-contabilidade-aplicada-ao-setor-publico-mcasp/2019/26>>. Acesso 28 abr. 21
- BRASIL. STN (Secretaria do Tesouro Nacional). Manual Técnico do Orçamento MTO/2021. Disponível em: <<https://www1.siop.planejamento.gov.br/mto/doku.php/mto2021>>. Acesso 28 abr. 21
- ARAUJO, Inaldo; ARRUDA, Daniel. **Contabilidade Pública: da Teoria à Prática**. 3ªed. São Paulo: Saraiva, 2020.

ANDRADE, Nilton de Aquino. **Contabilidade Pública na Gestão Municipal**. 6ªed. São Paulo: Atlas, 2016.

REIS, Heraldo da Costa; JOSE, T. Machado. **A Lei 4320 comentada**. 35. ed. Rio de Janeiro: IBAM, 2015.

Bibliografia Complementar

- FEIJÓ, Paulo Henrique; DANTAS, Gilvan da; RODRIGUES, Leandro Menezes; RIBEIRO, Carlos Eduardo; **Entendendo as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público**. 1ªed. Brasília: Gestão Pública, 2018.
- FEIJÓ, Paulo Henrique; CARVALHO, Jorge de. **Entendendo a Contabilidade Patrimonial Aplicada ao Setor Público**. 1ªed. Brasília: Gestão Pública, 2018.
- LIMA, Diana Vaz de. **Orçamento, Contabilidade e Gestão no Setor Público**. 1ªed. São Paulo: Atlas, 2018.
- KOHAMA, Heilio. **Contabilidade Pública: Teoria e Prática**. 15ªed. São Paulo: Atlas, 2016.

D15. Gestão e Política Ambiental-urbana

Ementa

Agenda ambiental-urbana no Brasil e seus desafios. Desenvolvimento sustentável, meio ambiente e urbanização. Justiça socioambiental e socioespacial na escala local. Instrumentos de planejamento e gestão territorial e ambiental municipais.

Bibliografia Básica

- BARANDIER, Henrique; ALMEIDA, Maria Cristina Tiná Soares de; MORAES, Ricardo. **Planejamento e controle ambiental-urbano e a eficiência energética**. 2.ed. Rio de Janeiro: IBAM; ELETROBRAS, 2013. (Guia Técnico Procel Edifica).
- SANTOS JUNIOR, O.; MONTANDON, D. **Os planos diretores municipais pós-Estatuto da Cidade: balanço crítico e perspectivas**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2011.
- SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5 ed. São Paulo: EDUSP, 2013.
- VEIGA, José Eli da. **Cidades imaginárias: O Brasil é menos urbano do que se calcula**. 2.ed., Campinas, SP: Ed. Autores Associados, 2003.

Bibliografia Complementar

- SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos; MONTANDON, Daniel Todtmann (orgs.). **Os planos diretores municipais pós-estatuto da cidade: balanço crítico e perspectivas**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Cidades: IPPUR/UFRJ, 2011. Disponível em: http://www.observatoriodasmetroles.net/images/abook_file/plano_diretor.pdf Acesso em: 13 out. 2016.

D16. Gestão e Política Social

Ementa

O processo de gestão nas esferas pública e privada. Diferentes concepções e conceitos de política social. Principais marcos da questão social no Brasil. Política Social e Setoriais no Brasil contemporâneo. O papel da sociedade na formulação, implementação, gestão e controle das políticas sociais setoriais no Brasil. A gestão de serviços sociais, financiamentos, avaliação e resultados de projetos sociais. Paradigmas da gestão social e os novos espaços de interação social entre os diversos atores; Reflexão sobre as ações sociais contemporâneas.

Bibliografia Básica

- BEHRING, Elaine Rossetti. **Política social no capitalismo tardio**. 5. ed. São Paulo:Cortez, 2011. 199 p.
- FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do estado capitalista**. 8. ed., rev. São Paulo: Cortez, 2000. 216 p.
- MONTAÑO, Carlos; LÚCIA, Duriguetto Maria. **Estado, classe e movimento social**. Cortez Editora, 2014.
- SOUZA FILHO, Rodrigo de. **Gestão pública e democracia: a burocracia em questão**. RJ:Lumen Juris, 2011.

Bibliografia Complementar

- BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 5ª edição. São Paulo. Ed.Cortez, 2000, p. 148 – 154.
- FALEIROS, Vicente de Paula. **O que é política social**. São Paulo: Brasiliense, 1986. 83 p. (Coleção primeiros passos;168).
- IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 5. ed. São Paulo:Cortez, 2001. 326 p.

JACOBI, Pedro Roberto. **Políticas sociais e ampliação da cidadania**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002. 152 p.

LAURELL, Asa Cristina (org.). **Estado e políticas sociais no neoliberalismo**. Tradução Rodrigo Léon Contera. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2009. 244 p.

MONTAÑO, Carlos. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Cortez, 2010. 384 p.

D17. Gestão Tributária

Ementa

Sistema Tributário Municipal. Competência Tributária. Obrigação Tributária. Crédito Tributário e lançamento. Administração Tributária.

Bibliografia Básica

CARRAZZA, Roque Antônio. **Curso de direito constitucional tributário**. 32. ed. rev. atual. ampl. São Paulo: Malheiros, 2019.

CARVALHO, Paulo de Barros. **Curso de direito tributário**. 31. ed. rev. atual. São Paulo: Noeses, 2021.

CHIESA, Clélio. **A competência tributária do estado brasileiro**: desonerações nacionais e imunidade condicionadas. São Paulo: M. Limonad, 2002.

TIMM, Paulo e REIS, Heraldo da Costa. **Modelo de código tributário municipal** - Fortalecimento da gestão municipal: planejamento estratégico e operacional, tributação e finanças. Rio de Janeiro: IBAM, 2005.

Bibliografia Complementar

GUEDES, José Rildo de Medeiros. **O que os gestores municipais devem saber**: política e gestão tributária municipal eficiente. Rio de Janeiro: IBAM, 2008.

GUEDES, José Rildo de Medeiros. Gestão tributária municipal. **MUNICÍPIOS - Revista de Administração Municipal**. n. 268, ano 54, out/dez, 2008.

D18. Planejamento e Gestão Orçamentária

Ementa

Planejamento Governamental: conceito e objetivo. Legislação: Constituição da República. Lei de Responsabilidade Fiscal. Lei 4.320/64. Instrumentos do Planejamento: Plano Plurianual (PPA), Diretrizes Orçamentárias e Orçamento Público: conceitos, objetivos e conteúdos. Elaboração do Orçamento: diagnóstico interno e externo. Os princípios orçamentários. As classificações orçamentárias. A lei orçamentária. Avaliação de desempenho e de resultados operacionais: medidas de desempenho e de avaliação. Gestão Orçamentária - Controle Orçamentário e Financeiro: O Controle na Administração Pública. Aspectos Legais e organizacionais da função Controle. O limite da despesa. A gestão e os mecanismos de controle Orçamentário e Financeiro: Empenho, Liquidação e Pagamento. Alterações Orçamentárias: Créditos Adicionais, Remanejamentos, Transposições e Transferências. Instrumentos da Gestão Financeira: Caixa Geral e Fundos Especiais. Gestão Orçamentária Centralizada e Descentralizada: Relações Inter e Intragovernamentais e relações com entidades do setor privado.

Bibliografia Básica

- BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 13 out. 2016.
- _____. **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm Acesso em: 13 out. 2016.
- _____. **Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964**. Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da união, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4320.htm Acesso em: 13 out. 2016.
- Carvalho, José Carlos O. de. **Curso de administração pública**. São Paulo: Atlas, 2008.
- CREPALDI, Silvio a; CREPALDI, Guilherme S. **Orçamento público: planejamento, elaboração e controle**. São Paulo: Saraiva, 2013.
- REZENDE, Fernando. **Finanças Públicas**. 20.ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- REIS, Heraldo da Costa; JOSE, T. Machado. **A Lei 4320 comentada**. 35.ed. Rio de Janeiro: IBAM, 2015.
- SILVA, Jair Cândido da., VASCONCELOS, Edílson Felipe. **Manual de Execução Orçamentária e Contabilidade Pública**. Brasília-DF: Editora Brasília-Jurídica, 1997.

Bibliografia Complementar

- MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. **Manual Técnico de Orçamento: MTO 2014**. Brasília: 2014. Disponível em: http://www.orcamentofederal.gov.br/informacoes-orcamentarias/manual-tecnico/MTO_2014_290713.pdf Acesso em: 13 out. 2016.

D19. Gestão de Programas e Projetos

Ementa

Os fundamentos da gestão de programas e projetos aplicados ao Setor Público. Elaboração consistente de um projeto como fator fundamental para o seu sucesso. A importância do planejamento de um projeto no Setor Público. Os desafios da implantação de um projeto no Setor Público. A gestão do projeto e seu impacto no desenvolvimento do local, regional e nacional. O gerenciamento integrado de um projeto. Os 12 Princípios de Entrega do Projeto. Domínios de Desempenho do Projeto. Abordagens ágeis, adaptativas e híbridas (mistura das tradicionais com as ágeis). Como identificar a abordagem de entrega certa (preditiva, adaptativa ou híbrida). Tecnologia BIM -Modelação da Informação da Construção nos projetos das obras públicas. Patrocinadores e Investidores dos Projetos aplicados ao setor público. Implementação de um PMO na Administração Pública e Melhores Práticas. Ferramentas e software específicos para o gerenciamento de Projetos.

Bibliografia Básica

- BRANCO, R. H. F.; LEITE, D. E. S. **Gestão colaborativa de projetos**. São Paulo: Saraiva, 2016.
- CARVALHO, M., MONTEIRO, RABECHINI JR, R. **Fundamentos em Gestão de Projetos: construindo competências para gerenciar projetos**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2015.
- CRUZ, Fabio. **PMO ágil: escritório ágil de gerenciamento de projetos**. Rio de Janeiro: Brasport, 2016.

- DINSMORE, P. C; NETO F.H. **Gerenciamento de projetos**: como gerenciar seu projeto com qualidade, dentro do prazo e custos. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2004.
- KERZNER, H. **Gestão de projetos**: as melhores práticas. Porto Alegre: Bookman, 2016.
- PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE (PMI). **Guia do conhecimento em gerenciamento de projetos (Guia PMBOK)**. 6. ed. Estados Unidos: PMI, 2017.
- TERRIBILI, A. F. **Gerenciamento de projetos em 7 passos**: uma abordagem prática. São Paulo: M. Books, 2011.
- TREFF, Lilian; BATTISTELLA L. R. **Inovação em gestão de projetos na administração pública**. Rio de Janeiro: Brasport, 2013.

Bibliografia Complementar

- BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Obras públicas**: recomendações básicas para a contratação e fiscalização de obras. 3. ed. Brasília: TCU/ SecobEdif, 2013.
- BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Convênios e outros repasses**. 6.ed. Brasília: Secretaria-Geral de Controle Externo, 2016.
- MONTES, Eduardo. **Introdução ao gerenciamento de projetos**: Como gerenciar projetos pode fazer a diferença na sua vida. São Paulo: [s.n.], 2017.
- MONTES, Eduardo; PATZ, Fatima. **Gerenciamento das partes interessadas**: Como engajar as pessoas em seus projetos. São Paulo: [s.n.], 2017.
- MONTES, Eduardo. **Gerenciamento das aquisições**: O melhor custo x benefício das suas compras. São Paulo: [s.n.], 2018.
- MONTES, Eduardo. **Administração do tempo**: Como ser ágil. São Paulo: [s.n.], 2019.
- MONTES, Eduardo. **Gerenciamento das comunicações**: Como influenciar pessoas. São Paulo: [s.n.], 2020.

b) Disciplinas Eletivas

E1. Ética na Gestão Pública

Ementa

Ética e moral. Acepções de público e privado. Autodeterminação e liberdade. Códigos de ética no serviço público. Debates orientados sobre ética na administração pública. Principais Deveres do Servidor Público. Vedações ao servidor público. A obrigação de prestar contas do agente público (accountability).

Bibliografia Básica

- CHIAVENATO, Idalberto. **Comportamento Organizacional**: a dinâmica de sucesso das organizações. 3.ed. São Paulo: Editora Manole, 2014.
- CORTELLA, Sérgio. **Qual é a tua obra?** inquietações propositivas sobre gestão, política e ética. 20.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 5. ed. São Paulo: Globo, 2012.
- VÁZQUEZ. Adolfo Sánchez. **Ética**. 37. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- WEBER, Max. **Ciência e Política, Duas Vocações**. São Paulo: Editora Cultrix, 1996.

Bibliografia Complementar

ASHLEY, P. A. (coord). **Ética e responsabilidade social nos negócios**. São Paulo: Saraiva, 2002.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%20-%20C3%A7ao.htm. Acesso em: 21 abr. 2021.

BRASIL. **Decreto n. 1.171**, de 22 de junho de 1994. Aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1171.htm. Acesso em: 21 abr. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 6.029**, de 1º de fevereiro de 2007. Institui Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6029.htm. Acesso em: 21 abr. 2021.

E2. Cooperação Público-Privada

Ementa

Cooperação entre a Administração Pública e Empresariado e entre a Administração Pública e as Entidades sem Fins Lucrativos na implementação das Agendas Econômica e Social do Governo.

Bibliografia Básica

DI PRIETO, Maria Sílvia. **Parcerias na administração pública**. São Paulo: Atlas, 1999.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de direito administrativo**. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

OLIVEIRA, Gustavo Justino de. **Contrato de gestão**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008.

Bibliografia complementar

SUNDFELD, Carlos Ari. **Parcerias Público-Privadas**. 2.ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

E3. Inovação e empreendedorismo

Ementa

Introdução ao empreendedorismo e inovação. Inovação de base tecnológica e inovação para além da tecnologia (social, ambiental, organizacional). Características do empreendedor: quais competências e habilidades a desenvolver. Processo empreendedor e suas ferramentas. Ambientes que favorecem ao empreendedorismo. Força das micro e pequenas empresas na economia brasileira. Empreendedorismo e combate ao desemprego. Experiências municipais em apoio aos vários tipos de empreendedores formais: desafios e oportunidades. Empreendedorismo individual e social. Demanda de mercado e necessidade social. Lógica empresarial e foco social. Empreendedorismo social e ações de responsabilidade social. Novos modos de produção econômica e políticas públicas (economia criativa). Novos mercados e novos modelos negócios (uberização).

Bibliografia Básica

TOMEI, Patrícia Amélia; RUSSO, Giuseppe Maria; ANTONACCIO, Carla Francisca Bottino. **Cultura empreendedora**. 1ª ed. – Rio de Janeiro: Office Book Editora, 2008.

SALIM, Cesar; NASAJON, Claudio; SALIM, Helene [et al.]. **Administração empreendedora: teoria e prática usando o estudo de casos**. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

Bibliografia Complementar

MAUBORGNE, Renée; KIM, W. Chan. **A Estratégia do Oceano Azul**. Ed. Elsevier Campus, 2005.

E4. Governo eletrônico e transparência

Ementa

Constituição Federal (inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216). Comitê Executivo do Governo Eletrônico (CEGE). Decreto nº 5.134 criando o Departamento de Governo eletrônico. Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011. Lei de Responsabilidade Fiscal. Governança para prover a segurança e sustentabilidade para as operações. Princípios sobre a Antilavagem de dinheiro (AML – Anti Money Laundry). Conceituação e métodos de lavagem de dinheiro. Tecnologias de apoio a Governança e Transparência Digital. Governo Digital pelo mundo – Caso Estônia. Princípios da privacidade de dados nos entes do poder público. Não repúdio e hackerativismo contra entes públicos.

Bibliografia Básica

BRASIL. **Lei nº 13.709**, de 14 de agosto de 2018. A lei geral de proteção de dados pessoais (LGPD).

CARÍCIO, Marcelo; GUIMARÃES, Patrícia; MEDEIROS, Josué Vitor de; FEITOR, Carlos. **Governo digital: aplicação em processos de gestão**. Joinville: Clube de autores, 2019.

MEDEIROS, Paulo Henrique Ramos; GUIMARAES, Tomás de Aquino. A institucionalização do governo eletrônico no Brasil. **Rev. adm. empres.**, São Paulo, v. 46, n. 4, p. 1-13, dez. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75902006000400007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 16 abr. 2021.

E5. Planejamento de carreiras

Ementa

Planejamento e gestão de pessoas no setor público. Gestão de Pessoas por Competências. Aspectos jurídicos da gestão de pessoas – princípios constitucionais e regime jurídico único. Modelagem de cargos e estruturação de carreiras. Carreiras especiais e funções de Estado. Concurso Público. Desenvolvimento de pessoal. Processo sucessório e gestão do conhecimento organizacional.

Bibliografia Básica

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos na organização**. 4.ed. São Paulo: Editora Manole, 2014.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direto Administrativo**. 30. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017

ASSIS, Marcelino Tadeu de. **Gestão de programas de remuneração: conceitos, aplicações e reflexões - visão generalista dos programas de remuneração**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2011.

Oliveira, Antônio Flávio. Servidor público: Remoção, cessão, enquadramento e redistribuição. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2005.

Bibliografia complementar

LEME, Rogério (org). **Gestão por competências no setor público**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2014.

LEME, Rogério. **Gestão e dimensionamento da força de trabalho**: para empresas públicas e privadas - como integrar competências, processos, planejamento estratégico e dimensionamento da força de trabalho. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2015.

BERGAMINI, Cecilia Whitaker. **Competência**: a chave do desempenho. Rio de Janeiro: Atlas, 2012.

BERGAMINI, Cecilia Whitaker; BERALDO, Deobel Garcia Ramos. **Avaliação de desempenho humano na empresa**. 4.ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2007.

E6. Tópicos Especiais em Gestão Pública: Cyber segurança na Gestão Pública

Ementa

Conceituação de Segurança da Informação. ISO's e Frameworks de SI. Gestão de risco em Cibersegurança. Princípios Engenharia Social. Não repúdio e hackerativismo contra entes públicos. Privacidade de dados – GDPR e LGPD. Entendimento das tecnologias de defesa.

Bibliografia Básica

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR ISO/IEC 27001:2013**. Tecnologia da informação — Técnicas de segurança — Sistemas de gestão da segurança da informação — Requisitos. Rio de Janeiro, 2013.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR ISO 31000:2018**. Gestão de riscos - Diretrizes. Rio de Janeiro, 2018.

BRASIL. **Lei nº 13.709**, de 14 de agosto de 2018. A lei geral de proteção de dados pessoais (LGPD).